



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezados,

Informamos que o e-mail enviado a empresas solicitando cotação foi de " *Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco* ". Ressaltamos que a cotação serviria de base para processo de dispensa de licitação e, por isso, solicitamos que seja incluído no orçamento o valor de todos os custos (entregas, impostos, fretes, etc). Assim, algumas empresas interessadas em participar da dispensa de licitação, ao retornar com a respectiva proposta, desmembrou o serviço, discriminando todos os itens que compõe o serviço de locação, e outras informa somente o valor total do serviço. Desta forma, foi confirmado como válido para análise da melhor proposta, o valor total descrito nos orçamentos enviados e confirmado pelas empresas.

Atenciosamente,

Fernanda Pinho

Coordenadora da Assessoria de Cerimonial
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia
71 3103-0502



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Pinho Almeida Machado** em 07/02/2024, às 15:57, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0955292** e o código CRC **EE550272**.



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO		
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal branca, com assento branco. Obs: O objeto da contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.	
1.2 JUSTIFICATIVA: QUANTITATIVOS	O serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal será utilizado para a acomodação do público previsto na solenidade de posse de Procurador-Geral de Justiça, biênio 20224-2026.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	(X)	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	()	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	()	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - ESCOLHER <u>UMA</u> DAS SEGUINTE VARIÇÕES: () D.1) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA () D.2) <u>SEM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) * () D.3) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS () D.4) <u>COM</u> DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)
	()	D) OUTRO(S). Especificar:
1.4 JUSTIFICATIVA: <u>SERVIÇOS CONTINUADOS</u>	(X)	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)
	()	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: <u>ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA</u>	(X)	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)
	()	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO "SERVIÇO(S) DE EGENHARIA" ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: () A) TODOS OS ITENS () B) PARTE DOS ITENS:
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	A contratação do serviço de locação de cadeiras Tiffany cristal se justifica devido ao fato de que esta Instituição não possui o mobiliário necessário e indispensável para a acomodação do público previsto na solenidade de posse de Procurador-Geral de Justiça, biênio 2024-2026.	



1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO		Cuida-se da contratação do serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal pela unidade, acima identificada, visando resguardar a acomodação do público previsto na posse de Procurador-Geral de Justiça, biênio 2024-2026. A solução atende às necessidades da administração, tendo se revelado a mais adequada à pretensão administrativa, na medida em que esta Instituição não tem o referido item. O objeto compreende o fornecimento, com garantia, durante o dia da solenidade, que ocorrerá na data de 1º de março de 2024.
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL		O fornecedor foi selecionado por Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local, conforme tabela de preços referenciais em anexo. Ante o exposto, a presente forma de contratação se mostra, atualmente, a mais adequada frente às peculiaridades do objeto.
2.2 HABILITAÇÃO	(X)	A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO: (X) DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Ex: contrato social, cartão cnpj, estatuto, atas de assembleias constitutivas etc); () DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Ex: documentos de identidade, cartão cpf, antecedentes criminais)
	(X)	B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Certidões de regularidade para com as fazendas federal, estadual, municipal, FGTS);
	()	C) TÉCNICA (NÃO OBRIGATÓRIA): () ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA - Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação; () REGISTRO OU INSCRIÇÃO EM ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE () PROVA DE ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL (A ENGLOBAR CERTIDÃO OU ALVARÁ DE ÓRGÃO ESPECÍFICO) () DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS () OUTROS:
	()	D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (NÃO OBRIGATÓRIA): () CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA () BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INIDICAÇÃO DE ÍNDICES () DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL
	3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO	(X)	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
	()	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO



	<input type="checkbox"/>)	C) OUTRO. Indicar:									
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO	<p>➤ PRAZO: 05 dias. Contagem – <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input checked="" type="checkbox"/>) Úteis <input type="checkbox"/>) Corridos</p> <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.</p> <p>3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).</p> <p>3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.</p>										
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO	<p>➤ LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: <i>Ministério Público do Estado da Bahia - 5ª Avenida, n.º 750, Centro Administrativo da Bahia</i></p> <p>➤ DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/>) A) NÃO SE APLICA <input checked="" type="checkbox"/>) B) REGRAS: entregar os itens descritos no serviço de locação no dia 1º de março de 2024, horário de 8h às 12h.</p> <p>➤ DEMAIS REGRAS DE <u>EXECUÇÃO DO CONTRATO</u></p>										
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	<input type="checkbox"/>)	<p>A) REGRAS (SUGESTÃO):</p> <p>➤ PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</p> <table><thead><tr><th>SERVIÇO</th><th>PRAZO EM DIAS</th><th>CONTAGEM</th></tr></thead><tbody><tr><td></td><td></td><td><input type="checkbox"/>) Úteis <input type="checkbox"/>) Corridos</td></tr><tr><td></td><td></td><td><input type="checkbox"/>) Úteis <input type="checkbox"/>) Corridos</td></tr></tbody></table> <p>➤ PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/>) A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL) <input type="checkbox"/>) B) OUTRO – Informar:</p> <p>➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER):</p> <p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <input type="checkbox"/>) A) NÃO <input type="checkbox"/>) B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.</p>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM			<input type="checkbox"/>) Úteis <input type="checkbox"/>) Corridos			<input type="checkbox"/>) Úteis <input type="checkbox"/>) Corridos
	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM								
			<input type="checkbox"/>) Úteis <input type="checkbox"/>) Corridos								
		<input type="checkbox"/>) Úteis <input type="checkbox"/>) Corridos									
<input checked="" type="checkbox"/>)	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE): Conforme item 3.3 acima.										
<input type="checkbox"/>)	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas										



3.5 REGRAS DE GARANTIA	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA LICITAÇÃO
	<input type="checkbox"/> ()	B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	<input type="checkbox"/> ()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:
	<input type="checkbox"/> ()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA: ➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) – ○ GARANTIA LEGAL: ○ GARANTIA CONTRATADA:
	<input type="checkbox"/> ()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas

3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D):

➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

☐ () A) EMPRESA CONTRATADA – LICITANTE (REGRA GERAL)
☐ () B) FABRICANTE (**EXCEÇÃO**)
○ Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):

➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

☐ () A) _____ DIAS
☐ () B) _____ MESES
☐ () C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)
○ Justificar prazo de duração definido:

➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

☐ () A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: ☐ () Úteis ☐ () Corridos
☐ () B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: ☐ () Úteis ☐ () Corridos
☐ () C) OUTRO(S). Indicar:

➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:

☒ (X) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador
☐ () B) Assistência sediada no seguinte município:
☐ () C) Assistência sediada em local a critério da Contratada
☐ () D) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (**EXCEÇÃO**). Regras:

	<ul style="list-style-type: none"> Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de ____ (____) horas, contadas da notificação pelo MPBA; O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário; Justificativa para a garantia <i>on site</i>: () E) Outra. Especificar: <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
<p>3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</p>	(X)	<p>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</p>
	()	<p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis): ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
<p>3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</p>	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.7.1.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.7.1.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p>	



<p>3.7.1.2.7 Promover a verificação dos bens já fornecidos, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.7.1.2.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.</p> <p>3.7.1.2.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>3.7.1.2.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;</p> <p>3.7.1.2.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.</p> <p>3.7.1.2.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>3.7.1.2.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>	
<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO</p>	
<p>(X)</p>	<p>A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</p>
<p>()</p>	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL</p>
<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p> <p>As infrações administrativas e as sanções encontram-se definidas em contrato, em conformidade com as disposições legais aplicáveis à matéria.</p>	
<p>3.7.4 DAS MULTAS* <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p>	
<p>(X)</p>	<p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a</p>

	<p>contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
()	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS: PREENCHER, CONFORME O CASO</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações abaixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o</p>



	<p>valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)	3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO: PRAZO: 01 dia corrido, contados: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u> () A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS () B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA (X) C) OUTRO: recebimento do serviço contratado no dia 1º de março 2024.
	3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO: ➤ PRAZO: 01 dia corrido, contados do recebimento definitivo
	3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO: (X) A) NÃO SE APLICA () B) PRAZO <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u> : () 1) _____ HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos () 2) 2 DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos () 3) OUTRO(S). Indicar:
	3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS: 3.8.4.1 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis; 3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades; 3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à CONTRATADA a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço; 3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

	<p>3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</p> <p>3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>												
<p>3.9 DOS PREÇOS</p>	<p>3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="430 683 550 1030"> <p>(X)</p> </td> <td data-bbox="550 683 1532 1030"> <p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="430 1030 550 1153"> <p>()</p> </td> <td data-bbox="550 1030 1532 1153"> <p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p> </td> </tr> </table> <p>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="430 1220 550 1299"> <p>()</p> </td> <td data-bbox="550 1220 1532 1299"> <p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="430 1299 550 1377"> <p>()</p> </td> <td data-bbox="550 1299 1532 1377"> <p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="430 1377 550 1523"> <p>(X)</p> </td> <td data-bbox="550 1377 1532 1523"> <p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="430 1523 550 1668"> <p>()</p> </td> <td data-bbox="550 1523 1532 1668"> <p>D) OUTRO:</p> </td> </tr> </table>	<p>(X)</p>	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato. 	<p>()</p>	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>	<p>()</p>	<p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p>	<p>()</p>	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>	<p>(X)</p>	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>	<p>()</p>	<p>D) OUTRO:</p>
<p>(X)</p>	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato. 												
<p>()</p>	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>												
<p>()</p>	<p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p>												
<p>()</p>	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>												
<p>(X)</p>	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>												
<p>()</p>	<p>D) OUTRO:</p>												
<p>3.10 REGRAS DE FATURAMENTO</p>	<p>3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="430 1736 550 1948"> <p>(X)</p> </td> <td data-bbox="550 1736 1532 1948"> <p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)</p> <p>() 2) OUTRO:</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="430 1948 550 2027"> <p>()</p> </td> <td data-bbox="550 1948 1532 2027"> <p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="430 2027 550 2105"> <p>()</p> </td> <td data-bbox="550 2027 1532 2105"> <p>C) MENSAL</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="430 2105 550 2154"> <p>()</p> </td> <td data-bbox="550 2105 1532 2154"> <p>D) PARCELADO:</p> </td> </tr> </table>	<p>(X)</p>	<p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)</p> <p>() 2) OUTRO:</p>	<p>()</p>	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>	<p>()</p>	<p>C) MENSAL</p>	<p>()</p>	<p>D) PARCELADO:</p>				
<p>(X)</p>	<p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE <u>TODA</u> A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)</p> <p>() 2) OUTRO:</p>												
<p>()</p>	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>												
<p>()</p>	<p>C) MENSAL</p>												
<p>()</p>	<p>D) PARCELADO:</p>												

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS -
	()	E) OUTRO(A). Indicar:
		3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u>
	(X)	A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo).
	()	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		<p>3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;</p> <p>3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;</p> <p>3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;</p> <p>3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira;</p> <p>3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.</p> <p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>
3.12 REAJUSTAMENTO	()	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> <p>() A) INPC/IBGE</p> <p>() B) OUTRO. Indicar:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze)

		<p>meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração.</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
	(X)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços. *</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> A) INPC/IBGE <input type="checkbox"/> B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.
3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS	3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(X)	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)
	()	<p>B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 12 meses) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> SIM (Limitado ao total de vigência da ARP de 12 meses)
	3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(X)	<p>A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> 1) 02 meses, contados do recebimento do empenho pela contratada</p> <p><input type="checkbox"/> 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada</p>

	<p>() 3) ____ meses, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p> <p>() 4) ____ dias, contados a partir do dia ____ de ____ de ____ (previsão inicial)*</p>
	<p>B () Opção 1: ____ meses/ ____ anos, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>() c) Da data publicação do contrato no PNCP</p> <p>() Opção 2: ____ dias, contados a partir de(a) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() A) Data certa (previsão inicial): ____ de ____ de ____</p> <p>() B) Da data da (última) assinatura</p> <p>() c) Da data publicação do contrato no PNCP</p>
	<p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>(X) A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>() B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.</p> <p>➤ Justificativa:</p> <p>➤</p>
<p>3.14 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>	<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do CONTRATANTE, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.14.1.1.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p> <p>3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;</p> <p>3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;</p> <p>3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;</p> <p>3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;</p>

3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo CONTRATANTE não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela CONTRATADA;

3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;

3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;

3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo

	<p>fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);</p> <p>3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;</p>				
	<p>3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO: *</u></p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="427 645 550 728">(X)</td> <td data-bbox="550 645 1532 728">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="427 728 550 824">()</td> <td data-bbox="550 728 1532 824">B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:</td> </tr> </table>	(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.				
()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:				
<p>3.15 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE</p>	<p>3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar plenamente o objeto contratado;</p> <p>3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.15.1.3 Permitir o acesso da CONTRATADA às instalações físicas do CONTRATANTE, nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços;</p> <p>3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;</p> <p>3.15.1.5 Fornecer à CONTRATADA, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.</p> <p>3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos:</p> <p>3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período;</p> <p>3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;</p> <p>3.15.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:*</u></p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="427 2004 550 2063">(X)</td> <td data-bbox="550 2004 1532 2063">A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.</td> </tr> </table>	(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.		
(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.				



	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(X)	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	()	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	<p>C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras:</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Percentual exigido - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar: _____ % (_____ por cento)➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato: <i>inserir texto</i> <p>Obs 1: A Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina que: O valor máximo da garantia será de 5% do valor inicial do contrato para as contratações em geral OU até 10% do valor inicial do contrato nas contratações de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, devendo, nestes casos, ser apresentada justificativa técnica para tal exigência.</p> <p>Obs 2: Cuidando-se de dispensa não eletrônica, não será admitida a apresentação de garantia na modalidade seguro-garantia.</p>
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO: CELIA BORGES DE ALMEIDA MATRÍCULA: 353.573 UNIDADE ADMINISTRATIVA: ASSESSORIA DE CERIMONIAL DATA: 07.02.2024		



APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA

1. Dos equipamentos que:

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco	und	01



1. DEFINIÇÃO DO OBJETO		
1.1 INDICAÇÃO DO OBJETO	INDICAÇÃO DO ITEM (SE ÚNICO) OU FAMÍLIA (SE MÚLTIPLOS): Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal branca, com assento branco. Obs: O objeto da contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, nos termos do Ato Normativo nº 004/2024.	
1.2 JUSTIFICATIVA: QUANTITATIVOS	O serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal será utilizado para a acomodação do público previsto na solenidade de posse de Procurador-Geral de Justiça, biênio 20224-2026.	
1.3 NATUREZA DO OBJETO	<input checked="" type="checkbox"/>	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA, PONTUAL OU POR ESCOPO
	<input type="checkbox"/>	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	<input type="checkbox"/>	C) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - ESCOLHER <u>UMA</u> DAS SEGUINTE VARIAÇÕES: <input type="checkbox"/> D.1) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA <input type="checkbox"/> D.2) SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO) * <input type="checkbox"/> D.3) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR POSTOS DE SERVIÇOS <input type="checkbox"/> D.4) COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E COM PAGAMENTO POR RESULTADO (NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO)
	<input type="checkbox"/>	D) OUTRO(S). Especificar:
1.4 JUSTIFICATIVA: SERVIÇOS CONTINUADOS	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços continuados)
	<input type="checkbox"/>	B) JUSTIFICATIVA:
1.5 JUSTIFICATIVA: ENQUADRAMENTO COMO SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA	<input checked="" type="checkbox"/>	A) NÃO SE APLICA (<u>Não</u> se trata de contratação de serviços de engenharia)
	<input type="checkbox"/>	B) SERVIÇO(S) ENQUADRADO(S) COMO "SERVIÇO(S) DE ENGENHARIA" ➤ FUNDAMENTAÇÃO: ➤ ITENS APLICÁVEIS - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: <input type="checkbox"/> A) TODOS OS ITENS <input type="checkbox"/> B) PARTE DOS ITENS:
1.6 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	A contratação do serviço de locação de cadeiras Tiffany cristal se justifica devido ao fato de que esta Instituição não possui o mobiliário necessário e indispensável para a acomodação do público previsto na solenidade de posse	



	de Procurador-Geral de Justiça, biênio 2024-2026.	
1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	Cuida-se da contratação do serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal pela unidade, acima identificada, visando resguardar a acomodação do público previsto na posse de Procurador-Geral de Justiça, biênio 2024-2026. A solução atende às necessidades da administração, tendo se revelado a mais adequada à pretensão administrativa, na medida em que esta Instituição não tem o referido item. O objeto compreende o fornecimento, com garantia, durante o dia da solenidade, que ocorrerá na data de 1º de março de 2024.	
2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR		
2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	O fornecedor foi selecionado por Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo menor preço praticado, a partir de pesquisa de preços realizada no mercado local, conforme tabela de preços referenciais em anexo. Ante o exposto, a presente forma de contratação se mostra, atualmente, a mais adequada frente às peculiaridades do objeto.	
2.2 HABILITAÇÃO	<input checked="" type="checkbox"/>	A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DA PESSOA JURÍDICA (Ex: contrato social, cartão cnpj, estatuto, atas de assembleias constitutivas etc); <input type="checkbox"/> DOCUMENTOS PESSOAIS DA PESSOA FÍSICA (Ex: documentos de identidade, cartão cpf, antecedentes criminais)
	<input checked="" type="checkbox"/>	B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (Certidões de regularidade para com as fazendas federal, estadual, municipal, FGTS);
	<input type="checkbox"/>	C) TÉCNICA (NÃO OBRIGATÓRIA): <input type="checkbox"/> ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA - Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação; <input type="checkbox"/> REGISTRO OU INSCRIÇÃO EM ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE <input type="checkbox"/> PROVA DE ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL (A ENGLOBAL CERTIDÃO OU ALVARÁ DE ÓRGÃO ESPECÍFICO) <input type="checkbox"/> DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS REQUISITOS TÉCNICOS <input type="checkbox"/> OUTROS:
	<input type="checkbox"/>	D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (NÃO OBRIGATÓRIA): <input type="checkbox"/> CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA <input type="checkbox"/> BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, COM INDICAÇÃO DE ÍNDICES



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

() DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU CAPITAL SOCIAL

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 REGIME DE EXECUÇÃO

- (X) **A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**
- () **B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**
- () **C) OUTRO.** Indicar:

3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO

- **PRAZO:** 05 dias. Contagem – **ESCOLHER UMA OPÇÃO:** (X) Úteis
() Corridos
- 3.2.1. Prazo contado a partir da notificação pela Administração, que ocorrerá, preferencialmente, através de envio de e-mail para o endereço indicado na proposta de preços.
- 3.2.2. As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).
- 3.2.3. A Contratada poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração.

3.3 FORMA DE EXECUÇÃO

- **LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO:** *Ministério Público do Estado da Bahia - 5ª Avenida, n.º 750, Centro Administrativo da Bahia*
- **DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**
() **A) NÃO SE APLICA**
(X) **B) REGRAS:** entregar os itens descritos no serviço de locação no dia 1º de março de 2024, horário de 8h às 12h.
- **DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO

- () **A) REGRAS (SUGESTÃO):**
- **PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:**
- | SERVIÇO | PRAZO DIAS | EM | CONTAGEM |
|---------|------------|----|------------------------|
| | | | () Úteis () Corridos |
| | | | () Úteis () Corridos |
- **PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - ESCOLHER UMA OPÇÃO:**
() **A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL)**
() **B) OUTRO – Informar:**



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

		<p>➤ PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (SE HOUVER):</p> <p>➤ ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) NÃO</p> <p>() B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.</p>
	(X)	<p>B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE): Conforme item 3.3 acima.</p>
	()	<p>C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas</p>
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(X)	<p>A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA LICITAÇÃO</p>
	()	<p>B) GARANTIA <u>LEGAL</u> PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR</p>
	()	<p>C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p>
	()	<p>D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA)</p> <p>➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:</p> <p>➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) -</p> <p>○ GARANTIA LEGAL:</p> <p>○ GARANTIA CONTRATADA:</p>
	()	<p>E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas</p>
		<p>3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (<u>Somente</u> para opções C ou D):</p> <p>➤ EXECUTOR DA GARANTIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) EMPRESA CONTRATADA - LICITANTE (REGRA GERAL)</p> <p>() B) FABRICANTE (EXCEÇÃO)</p> <p>○ Justificar a exigência de garantia do <u>fabricante</u> (Em caso positivo):</p>



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	<p>➤ DURAÇÃO, contado da data do recebimento dos serviços - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) _____ DIAS</p> <p>() B) _____ MESES</p> <p>() C) GARANTIA PEDURARÁ CONTINUAMENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇOS CONTÍNUOS)</p> <p>○ Justificar prazo de duração definido:</p> <p>➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) _____ HORAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis</p> <p>() Corridos</p> <p>() B) _____ DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis</p> <p>() Corridos</p> <p>() C) OUTRO(S). Indicar:</p> <p>➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO:</p> <p>(X) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador</p> <p>() B) Assistência sediada no seguinte município:</p> <p>() C) Assistência sediada em local a critério da Contratada</p> <p>() D) <i>On site</i>, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (EXCEÇÃO). Regras:</p> <p>○ Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de _____ (_____) horas, contadas da notificação pelo MPBA;</p> <p>○ O executor da garantia (conforme acima indicado) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de serviços/bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles tenham sido executados (serviços) ou estiverem (bens), bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;</p> <p>○ Justificativa para a garantia <i>on site</i>:</p> <p>() E) Outra. Especificar:</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
<p>3.6 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</p>	<p>(X)</p> <p>()</p>	<p>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</p> <p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <p>➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):</p>



	<p>➤ Indicar regras/condições para subcontratação:</p>
<p>3.7 MODELO DE GESTÃO FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</p>	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>3.7.1.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Estadual/BA nº 14.634/2023, o CONTRATANTE designará servidor(es), por meio de Portaria específica para tal fim, para a gestão e fiscalização do contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a CONTRATADA sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento.</p> <p>3.7.1.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:</p> <p>3.7.1.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento e no contrato, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;</p> <p>3.7.1.2.2 Transmitir à CONTRATADA as instruções, e comunicar alterações de prazos ou roteiros, quando for o caso;</p> <p>3.7.1.2.3 Promover, com a presença da CONTRATADA, a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.4 Esclarecer as dúvidas da CONTRATADA, solicitando ao setor competente do CONTRATANTE, se necessário, parecer de especialistas;</p> <p>3.7.1.2.5 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;</p> <p>3.7.1.2.6 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei Estadual de nº14.634/23; art.12, §2º e Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).</p> <p>3.7.1.2.7 Promover a verificação dos bens já fornecidos, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;</p> <p>3.7.1.2.3 A fiscalização, pelo CONTRATANTE, não desobriga a CONTRATADA de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual.</p> <p>3.7.1.2.3.1 A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, sobre irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas neste contrato.</p> <p>3.7.1.2.4 O CONTRATANTE poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens.</p> <p>3.7.1.2.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito pela CONTRATADA, às suas expensas;</p> <p>3.7.1.2.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte,</p>



<p>não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do CONTRATANTE.</p> <p>3.7.1.2.5 Para fins de fiscalização, o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.</p> <p>3.7.1.2.6 A gestão e a fiscalização contratual observará, ainda, as normas e regulamentos internos do Ministério Público do Estado da Bahia disciplinadores da matéria.</p>	
<p>3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO</p>	
<p>(X)</p>	<p>A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1</p>
<p>()</p>	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL</p>
<p>3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</p> <p>As infrações administrativas e as sanções encontram-se definidas em contrato, em conformidade com as disposições legais aplicáveis à matéria.</p>	
<p>3.7.4 DAS MULTAS* <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p>	
<p>(X)</p>	<p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1 Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações baixo descritas;</p>



		<p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p> <p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
	()	<p>B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS: PREENCHER, CONFORME O CASO</p> <p>3.7.4.1 Moratória de xxx% (xxxx por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;</p> <p>3.7.4.2 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações a seguir descritas:</p> <p>3.7.4.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;</p> <p>3.7.4.2.7 Praticar ato fraudulento na execução do contrato;</p> <p>3.7.4.2.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;</p> <p>3.7.4.2.9 Praticar ato lesivo previsto no art.5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;</p> <p>3.7.4.3 Compensatória de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato, para as infrações baixo descritas;</p> <p>3.7.4.3.1 Der causa à inexecução total do contrato;</p> <p>3.7.4.3.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;</p> <p>3.7.4.4 Para as infrações abaixo dispostas, a multa será de xxx% (xxxx por cento) sobre o valor total do contrato;</p> <p>3.7.4.4.1 Der causa à inexecução parcial do contrato;</p> <p>3.7.4.4.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;</p>



	<p>3.7.4.4.3 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;</p>
<p>3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)</p>	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>PRAZO: 01 dia corrido, contados: ESCOLHER UMA OPÇÃO</p> <p>() A) DA FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS</p> <p>() B) DA ENTREGA DA NOTA FISCAL/FATURA</p> <p>(X) C) OUTRO: recebimento do serviço contratado no dia 1º de março 2024.</p>
	<p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 01 dia corrido, contados do recebimento definitivo</p>
	<p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) NÃO SE APLICA</p> <p>() B) PRAZO ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() 1) _____ HORAS. Contagem – Escolher <u>uma</u> opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() 2) 2 DIAS. Contagem – Escolher uma opção: () Úteis () Corridos</p> <p>() 3) OUTRO(S). Indicar:</p>
	<p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>3.8.4.1 O CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;</p> <p>3.8.4.2 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos nos prazos definidos neste instrumento, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;</p> <p>3.8.4.3 Eventual instabilidade na prestação do serviço deverá ser suprida no prazo máximo do item 3.8.3 assegurado à CONTRATADA a possibilidade de adoção de eventual solução alternativa, neste prazo, a fim de segurar a continuidade da prestação do serviço;</p> <p>3.8.4.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento dos serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;</p>



	<p>3.8.4.5 O recebimento definitivo do objeto deste contrato será concretizado depois de adotados, pelo CONTRATANTE, todos os procedimentos cabíveis do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e, no que couber, da Lei Estadual de nº 14.634/23, devendo ocorrer nos prazos definidos neste instrumento;</p> <p>3.8.4.6 O aceite ou aprovação do objeto pelo CONTRATANTE não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 10.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.</p>												
3.9 DOS PREÇOS	<p>3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="437 712 549 1106" rowspan="2">(X)</td> <td data-bbox="549 712 1538 1106"> <p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBALAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato. </td> </tr> <tr> <td data-bbox="437 1106 549 1232">()</td> <td data-bbox="549 1106 1538 1232"> <p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p> </td> </tr> </table> <p>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="437 1232 549 1384">()</td> <td data-bbox="549 1232 1538 1384"> <p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="437 1384 549 1464">()</td> <td data-bbox="549 1384 1538 1464"> <p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="437 1464 549 1608">(X)</td> <td data-bbox="549 1464 1538 1608"> <p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="437 1608 549 1742">()</td> <td data-bbox="549 1608 1538 1742"> <p>D) OUTRO:</p> </td> </tr> </table>	(X)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBALAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato. 	()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>	()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p>	()	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>	(X)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>	()	<p>D) OUTRO:</p>
	(X)		<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBALAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Englobam, exemplificativamente, todos os custos relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal designado pelo fornecedor para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, depreciação, aluguéis, administração, tributos e emolumentos. ➤ Demais regramentos (se houver): Os preços incluem os valores relativos a cada um dos itens cedidos em comodato. 										
		()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>										
	()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p>											
	()	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>											
	(X)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, relativo à completa execução dos serviços</p>											
	()	<p>D) OUTRO:</p>											
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	<p>3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="437 1814 549 2029" rowspan="2">(X)</td> <td data-bbox="549 1814 1538 2029"> <p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)</p> <p>() 2) OUTRO:</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="437 2029 549 2107">()</td> <td data-bbox="549 2029 1538 2107"> <p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p> </td> </tr> </table>	(X)	<p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)</p> <p>() 2) OUTRO:</p>	()	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>								
	(X)		<p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (Regra geral)</p> <p>() 2) OUTRO:</p>										
()		<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>											



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	()	C) MENSAL
	()	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELAS: ➤ DEFINIÇÃO DOS MONTANTES DAS PARCELAS -
	()	E) OUTRO(A). Indicar:
		3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: (X) A) NÃO SE APLICA , sendo necessária somente a apresentação de nota fiscal/fatura e certidões de regularidade fiscal e trabalhista, conforme item 3.11.1 (abaixo). () B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS , para além dos indicados na opção A. Especificar:
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		<p>3.11.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado na periodicidade indicada no item 3.10.1, mediante apresentação, pela CONTRATADA, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços e certidões de regularidade cabíveis, bem como consulta à situação de idoneidade da CONTRATADA, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do TERMO DE RECEBIMENTO pelo CONTRATANTE;</p> <p>3.11.2 Os pagamentos serão processados no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação indicada no item 3.11.1, desde que não haja pendência a ser regularizada;</p> <p>3.11.3 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;</p> <p>3.11.4 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na Cláusula Primeira;</p> <p>3.11.5 O CONTRATANTE realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;</p> <p>3.11.6 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela CONTRATADA, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;</p> <p>3.11.7 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto nos itens 3.11.2 e 3.11.3.</p> <p>3.11.7.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao CONTRATANTE, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE.</p>



<p>3.12 REAJUSTAMENTO</p>	<p>()</p>	<p>A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <li style="margin-left: 40px;">() A) INPC/IBGE <li style="margin-left: 40px;">() B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado pela Administração. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação do orçamento estimado pela administração e termo final o mês que antecede a data de aniversário. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de execução de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados do orçamento estimado pela administração. ➤ Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
<p>3.13 DEFINIÇÃO DE</p>	<p>(X)</p>	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as regras de pagamento e a natureza dos serviços. *</p> <p>Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência, os preços pactuados serão passíveis de reajustamento, conforme as seguintes regras e condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <li style="margin-left: 40px;">(X) A) INPC/IBGE <li style="margin-left: 40px;">() B) OUTRO. Indicar: ➤ A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pela Contratada, após o transcurso do prazo total de execução dos serviços contratados. ➤ Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de meses decorridos entre a apresentação da proposta de preços e o encerramento do prazo inicial de duração da execução contratual. ➤ Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos ao novo período de vigência contratual.
<p>3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p>		



VIGÊNCIAS	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)
	<input type="checkbox"/> ()	B) VIGÊNCIA DA ARP: ➤ Prazo de vigência da ARP: _____ meses (Limitado a 12 meses) ➤ Possibilidade de prorrogação de prazo de vigência - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO: <input type="checkbox"/> () NÃO <input type="checkbox"/> () SIM (Limitado ao <u>total</u> de vigência da ARP de 12 meses)
	3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input checked="" type="checkbox"/> (X) 1) 02 meses, contados do recebimento do empenho pela contratada <input type="checkbox"/> () 2) _____ dias, contados do recebimento do empenho pela contratada <input type="checkbox"/> () 3) _____ meses, contados a partir do dia _____ de _____ de _____ (previsão inicial)* <input type="checkbox"/> () 4) _____ dias, contados a partir do dia _____ de _____ de _____ (previsão inicial)*
	<input type="checkbox"/> ()	B) <input type="checkbox"/> () Opção 1: _____ meses/ _____ anos, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> () A) Data certa (previsão inicial): _____ de _____ de _____ <input type="checkbox"/> () B) Da data da (última) assinatura <input type="checkbox"/> () c) Da data publicação do contrato no PNCP <input type="checkbox"/> () Opção 2: _____ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO: <input type="checkbox"/> () A) Data certa (previsão inicial): _____ de _____ de _____ <input type="checkbox"/> () B) Da data da (última) assinatura <input type="checkbox"/> () c) Da data publicação do contrato no PNCP
3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:		
<input checked="" type="checkbox"/> (X)	A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA	
<input type="checkbox"/> ()	B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM. ➤ Justificativa:	



<p>3.14 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>	<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 Promover a execução contratual de acordo com as especificações técnicas e exigências constantes no presente instrumento, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente do CONTRATANTE, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, atribuindo quaisquer falhas, defeitos ou falta de pessoal e/ou material;</p> <p>3.14.1.1.1 A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;</p> <p>3.14.1.2 Prestar diretamente os serviços ora contratados, não os transferindo a outrem, no todo ou em parte, observando-se as regras para subcontratação definidas neste instrumento;</p> <p>3.14.1.3 Dispor de toda mão de obra, veículos, transportes, insumos e materiais necessários à execução dos serviços objeto deste instrumento;</p> <p>3.14.1.4 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da mão de obra necessária para a completa e eficiente execução dos serviços objeto deste contrato;</p> <p>3.14.1.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a contratação;</p> <p>3.14.1.6 Assegurar que os serviços objeto deste contrato não sofram solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência;</p> <p>3.14.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;</p> <p>3.14.1.7.1 A eventual retenção de tributos pelo CONTRATANTE não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela CONTRATADA;</p> <p>3.14.1.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total, observando-se, ainda, o quanto disposto nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento;</p> <p>3.14.1.9 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;</p> <p>3.14.1.10 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução do contrato;</p>



3.14.1.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento, às recusas ou determinações, pelo **CONTRATANTE**, de refazimento de serviços que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato ou do processo de dispensa de licitação que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

3.14.1.12 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

3.14.1.13 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo **CONTRATANTE** ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço;

3.14.1.14 Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

3.14.1.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

3.14.1.16 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do **CONTRATANTE**, ou do fiscal ou do gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei 14.133/2021;

3.14.1.17 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.14.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

3.14.1.19 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

3.14.1.20 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

3.14.1.21 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.14.2 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO) - ESCOLHER UMA OPÇÃO: *

(X)

A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos em lei e no subitem anterior.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:	
3.15 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE		3.15.1 OBRIGAÇÕES GERAIS 3.15.1.1 Fornecer as informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar plenamente o objeto contratado; 3.15.1.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nos itens 3.10 e 3.11 deste instrumento; 3.15.1.3 Permitir o acesso da CONTRATADA às instalações físicas do CONTRATANTE , nos locais e na forma eventualmente necessários para a execução dos serviços; 3.15.1.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a CONTRATADA , por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; 3.15.1.5 Fornecer à CONTRATADA , mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato. 3.15.1.6 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observando os seguintes prazos: 3.15.1.6.1 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento sobre o qual deverá se manifestar, admitida a prorrogação motivada, por igual período; 3.15.1.6.2 A administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do requerimento, para responder a eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;	
	(X)	A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS , sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.	
	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:	
	(X)	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)	
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL		B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL	
		C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Regras: () ➤ Percentual exigido - ESCOLHER UMA OPÇÃO: () A) 5% (cinco por cento) () B) OUTRO*. Indicar:	



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	<p>_____ % (_____ por cento)</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para garantias com percentual superior a 5% (e limitadas a 10%) do valor inicial do contrato: <i>inserir texto</i> <p>Obs 1: A Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina que: O valor máximo da garantia será de 5% do valor inicial do contrato para as contratações em geral OU até 10% do valor inicial do contrato nas contratações de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, devendo, nestes casos, ser apresentada justificativa técnica para tal exigência.</p> <p>Obs 2: Cuidando-se de dispensa não eletrônica, não será admitida a apresentação de garantia na modalidade seguro-garantia.</p>
<p>3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</p>	<p>CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.</p>
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO: CELIA BORGES DE ALMEIDA MATRÍCULA: 353.573 UNIDADE ADMINISTRATIVA: ASSESSORIA DE CERIMONIAL DATA: 07.02.2024</p>	



APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA

1. Dos equipamentos que:

DESCRIÇÃO	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTIDADE
Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco	und	01

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD)
DISPENSA DE LICITAÇÃO GERAL

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação conforme parâmetros básicos elencados no presente documento a serem complementados por Termo de Referência (TR). Ressalte-se que a presente contratação deve constar do Plano de Contratação Anual (PCA) na forma do Ato Normativo interno que regulamenta a matéria.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)	
Identificação da Demanda:	
<p><i>Identificar a motivação da contratação (a necessidade que se pretende atender com a contratação).</i></p>	
Fundamentação Legal da Aquisição / Contratação na Forma de Dispensa de Valor:	
<p> <input type="radio"/> a) Artigo 75, I, da Lei Federal de nº 14.133/2021. </p> <p> <input type="radio"/> b) Artigo 75, II da Lei Federal de nº 14.133/2021. </p> <p> <input type="radio"/> c) Artigo 75, _____ da Lei Federal de nº 14.133/2021. </p> <p><i>Informar inciso correspondente</i></p>	
Modalidade do Processo de Dispensa:	
<p> <input type="radio"/> Dispensa de Licitação SEM disputa eletrônica. </p> <p> <input type="radio"/> Dispensa de licitação COM disputa eletrônica. </p>	
Objeto da Contratação:	
<p><i>Definir o objeto a ser contratado (o produto a ser adquirido ou o serviço a ser prestado).</i></p>	
Tipo de Objeto:	
<p> <input type="radio"/> Serviço não continuado. </p> <p> <input type="radio"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra. </p> <p> <input type="radio"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra. </p> <p> <input type="radio"/> Material de consumo. </p> <p> <input type="radio"/> Material permanente/ equipamento. </p>	



Código de Identificação do Ramo de Atividade (PDM):

(PDM - disponível em <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>):

Indicar código e descrição do ramo de atividade (vide link acima).

Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA):

☐ Sim

☐ Não*

Se SIM, informar o **Valor Previsto no Plano de Contratações Anual:** R\$

** Para demandas que não constem do PCA deverá ser acostada autorização da SGA no processo para prosseguimento da contratação e posterior ajuste do PCA e prosseguimento da contratação.*

Dados da Contratação Anterior:

☐ Não se aplica (não houve contratação anterior do mesmo objeto). *Considerar o período de até 01 ano anterior.*

☐ Aplica-se, conforme dados abaixo:

Nº do Contrato Anterior:

Ex.: Nº 001/2023

Valor Global da Contratação: R\$

Percentual de Aumento:

%

Origem do Recurso:

☐ Recursos Próprios - Orçamento do MPBA.

☐ Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

☐ Recursos Oriundos de Convênio Federal.

**CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO:
(Se aplicável):**

Formalização da Contratação:

☐ Por empenho e AFM.

☐ Por instrumento formal de contrato.

Observação: Os instrumentos formais de contrato somente são dispensáveis em Dispensas fundamentadas no artigo 75, incisos I e II e nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95 da Lei Federal 14.133/2021).

Grau de Prioridade da Contratação:

☐ Alta

☐ Média

☐ Baixa

Unidade Responsável pela Instrução do Processo:

Informar a Unidade administrativa / Promotoria de Justiça que instruiu o procedimento.

Unidade Demandante:

Informar a Unidade administrativa / Promotoria de Justiça que demandou a contratação (normalmente é a mesma do item anterior).



Unidade Gestora dos Recursos (nome e código):

*Informar a Unidade Gestora que suportará o custeio da despesa, indicando-a nominalmente e com o código orçamentário respectivo.
Ex.: 40.101 / 0003 – Diretoria Administrativa da Superintendência de Gestão Administrativa*

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

Matrícula:

Ex.: 333.333

Nome Completo:

Unidade Administrativa:

Informar a Unidade de lotação à qual se vincula o servidor responsável pelo preenchimento do documento.

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO

Matrícula:

Ex.: 333.333

Nome Completo:

Órgão/ Unidade:

Informar a Unidade de lotação à qual se vincula o Membro / Servidor supervisor.

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo servidor responsável pelo preenchimento do mesmo e pelo superior imediato.



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD) DISPENSA DE LICITAÇÃO GERAL

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação conforme parâmetros básicos elencados no presente documento a serem complementados por Termo de Referência (TR). Ressalte-se que a presente contratação deve constar do Plano de Contratação Anual (PCA) na forma do Ato Normativo interno que regulamenta a matéria.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)
<p>Identificação da Demanda:</p> <p>Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco. A aquisição se justifica devido ao fato de que esta Instituição não possui o mobiliário necessário e indispensável para a acomodação do público que participará da solenidade de Posse de Procurador-Geral de Justiça - biênio 2024/2026.</p> <p><i>Identificar a motivação da contratação (a necessidade que se pretende atender com a contratação).</i></p>
<p>Fundamentação Legal da Aquisição / Contratação na Forma de Dispensa de Valor:</p> <p><input type="radio"/> a) Artigo 75, I, da Lei Federal de nº 14.133/2021.</p> <p><input checked="" type="radio"/> b) Artigo 75, II da Lei Federal de nº 14.133/2021.</p> <p><input type="radio"/> c) Artigo 75, da Lei Federal de nº 14.133/2021.</p> <p><i>Informar inciso correspondente</i></p>
<p>Modalidade do Processo de Dispensa:</p> <p><input checked="" type="radio"/> Dispensa de Licitação SEM disputa eletrônica.</p> <p><input type="radio"/> Dispensa de licitação COM disputa eletrônica.</p>
<p>Objeto da Contratação:</p> <p>Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco.</p> <p><i>Definir o objeto a ser contratado (o produto a ser adquirido ou o serviço a ser prestado).</i></p>
<p>Tipo de Objeto:</p> <p><input checked="" type="radio"/> Serviço não continuado.</p> <p><input type="radio"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra.</p> <p><input type="radio"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.</p> <p><input type="radio"/> Material de consumo.</p> <p><input type="radio"/> Material permanente/ equipamento.</p>



Código de Identificação do Ramo de Atividade (PDM):

(PDM - disponível em <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>):

20460 - Locação de Mesa/Cadeira/Mobiliário decoração interior

Indicar código e descrição do ramo de atividade (vide link acima).

Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA):

☐ Sim

☒ Não*

Se SIM, informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$

** Para demandas que não constem do PCA deverá ser acostada autorização da SGA no processo para prosseguimento da contratação e posterior ajuste do PCA e prosseguimento da contratação.*

Dados da Contratação Anterior:

☒ Não se aplica (não houve contratação anterior do mesmo objeto). *Considerar o período de até 01 ano anterior.*

☐ Aplica-se, conforme dados abaixo:

Nº do Contrato Anterior:

Ex.: Nº 001/2023

Valor Global da Contratação: R\$

Percentual de Aumento:

%

Origem do Recurso:

☒ Recursos Próprios - Orçamento do MPBA.

☐ Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

☐ Recursos Oriundos de Convênio Federal.

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO:

(Se aplicável):

Formalização da Contratação:

☒ Por empenho e AFM.

☐ Por instrumento formal de contrato.

Observação: Os instrumentos formais de contrato somente são dispensáveis em Dispensas fundamentadas no artigo 75, incisos I e II e nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95 da Lei Federal 14.133/2021).

Grau de Prioridade da Contratação:

☒ Alta

☐ Média

☐ Baixa

Unidade Responsável pela Instrução do Processo:

Assessoria de Cerimonial

Informar a Unidade administrativa / Promotoria de Justiça que instruiu o procedimento.

Unidade Demandante:

Diretoria Administrativa do Ministério Público

Informar a Unidade administrativa / Promotoria de Justiça que demandou a contratação (normalmente é a mesma do item anterior).



Unidade Gestora dos Recursos (nome e código):

0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia

Informar a Unidade Gestora que suportará o custeio da despesa, indicando-a nominalmente e com o código orçamentário respectivo.

Ex.: 40.101 / 0003 – Diretoria Administrativa da Superintendência de Gestão Administrativa

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

Matrícula:

353573

Ex.: 333.333

Nome Completo:

Célia Borges de Almeida

Unidade Administrativa:

Assessoria de Cerimonial

Informar a Unidade de lotação à qual se vincula o servidor responsável pelo preenchimento do documento.

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO

Matrícula:

352581

Ex.: 333.333

Nome Completo:

Fernanda de Pinho Almeida Machado

Órgão/ Unidade:

Assessoria de Cerimonial

Informar a Unidade de lotação à qual se vincula o Membro / Servidor supervisor.

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo servidor responsável pelo preenchimento do mesmo e pelo superior imediato.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

TABELA DE PREÇOS ORÇADOS

ORGANIZAR EM ORDEM CRESCENTE DE VALOR
MÍNIMO DE 03 (TRÊS) PREÇOS POR ITEM - INCLUIR OU EXCLUIR COLUNAS E LINHAS, CONFORME NECESSIDADE

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	CÓDIGO PDM	PROPOSTA 1 - FORNECEDOR VENCEDOR (MENOR PREÇO)			DEMAIS PROPOSTAS								
							PROPOSTA 2		PROPOSTA 3		PROPOSTA 4		PROPOSTA 5		
							FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR
1															
...															
...															
...															
...															
1 - OBSERVAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DOS FORNECEDORES VENCEDORES:															
a) Metodologia Escolhida: menor preço em virtude de se tratar de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso I ou II do art. 75 da lei 14.133/2021.															
b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) dos orçamentos obtidos e cópia(s) das solicitações de orçamento rejeitadas/ não respondidas.															

<p>2 - JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DOS FORNECEDORES PESQUISADOS (POR ITEM) – ART. 23, §1º, IV, DA LEI 14.133/2021:</p> <p><i>Inserir texto</i></p>	<p>Declaro para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura contratação dos itens acima listados, respeitados os ditames legais. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços de acordo com a descrição dos itens.</p> <p>RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS (NOME COMPLETO):</p> <p>MATRÍCULA:</p> <p>UNIDADE ADMINISTRATIVA:</p> <p>DATA:</p>
---	--

TABELA DE PREÇOS ORÇADOS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QTDE	CÓDIGO PDM	PROPOSTA 1 - FORNECEDOR VENCEDOR (MENOR PREÇO)			DEMAIS PROPOSTAS			
				FORNECEDOR		CNPJ ou CPF	PROPOSTA 2		PROPOSTA 3	
				FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$		FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$	FORNECEDOR	VALOR TOTAL R\$
1	Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com almofada branca	01	20460	Floricultura Menina Flor LTDA	2.650,00	74.003.757/0001-75	Suporte Eventos Para Festas Ltda.	2.712,42	Forum Eventos Eireli- EPP	3.240,00
1 - OBSERVAÇÕES SOBRE A DEFINIÇÃO DOS FORNECEDORES VENCEDORES: a) Metodologia Escolhida: menor preço em virtude de se tratar de contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do inciso I ou II do art. 75 da lei 14.133/2021. b) Juntar ao processo SEI o(s) arquivo(s) dos orçamentos obtidos e cópia(s) das solicitações de orçamento rejeitadas/ não respondidas.										
2 - JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DOS FORNECEDORES PESQUISADOS (POR ITEM) – ART. 23, §1º, IV, DA LEI 14.133/2021: Escolhido a empresa que apresentou o menor preço para o serviço orçado.										
Declaro para todos os fins de direito, que realizei pesquisa de preços para futura contratação dos itens acima listados, respeitados os ditames legais. Assim, afirmo que me responsabilizo pelo levantamento dos preços										

de acordo com a descrição dos itens.

RESPONSÁVEL PELA PESQUISA DE PREÇOS (NOME COMPLETO): CÉLIA BORGES DE ALMEIDA

MATRÍCULA: 353.573

UNIDADE ADMINISTRATIVA: ASSESSORIA DE CERIMONIAL

DATA: 05.02.2024

TIMBRE DA EMPRESA PARTICIPANTE

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE COTAÇÃO
(Conforme Artigo 23 da Lei Federal nº 14.133/2021)

INFORMAÇÕES GERAIS	
Razão Social / Nome:	
CNPJ / CPF:	
Endereço Completo (Rua/Avenida, Nº / CEP, etc):	
Telefone:	E-mail:
DADOS DO REPRESENTANTE	
Responsável pelas informações (nome completo):	
CPF:	Identidade:

ITEM	DESCRIÇÃO DO (S) OBJETO (S) DA CONTRATAÇÃO	UNID*	QTD E	VALOR (R\$)	
				UNITÁRIO	GLOBAL
1	Serviço de Locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco	und	und	R\$ 2.712,42	R\$ 2.712,42
Total Geral				R\$ 2.712,42	

* metro / m² / unit / caixa / mês / etc

OBSERVAÇÕES:	
Local de execução dos serviços: Ministério Público do Estado da Bahia, 5ª Avenida, n. 750, Centro Administrativo da Bahia – Salvador - Ba	
Prazo de execução dos serviços / Prazo de entrega: 1º de março de 2024	
Data de emissão da proposta: xx/xx/202x	Validade da Proposta: xx/xx/202x (mínimo de 60 dias a contar da apresentação)

Assinatura e carimbo
(Representante legal)

Nota: Emitir em papel timbrado ou com característica que identifique o fornecedor.

**DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº
37/2009**

(Nome do Proponente – pessoa física ou jurídica/empresa) sediada à **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, inscrita no CNPJ/CPF sob o número **xxxxxxxxxx**, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para **xxxxxxxxxxxxxxxxxx**, decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

_____, ____ de _____ de **20xx**.

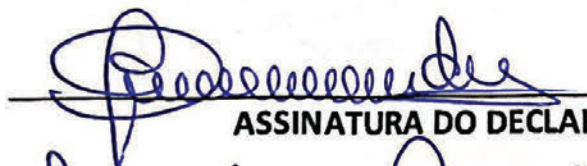
ASSINATURA DO DECLARANTE

NOME COMPLETO DO DECLARANTE / CARGO DO DECLARANTE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE – RESOLUÇÃO CNMP Nº 37/2009

FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA, sediada à **RUA ARTUR AZEVEDO MACHADO 930 BLUE SHOPPING B 2 / COSTA AZUL / SALVADOR / BA / 41760-000**, inscrita no CNPJ/CPF sob o número **74.003.757/0001-75**, declara, nos termos da Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, para fins de contratação para Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco, decorrente de Dispensa de Licitação, que não há em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do Ministério Público do Estado da Bahia, vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. Declara também estar ciente de que a referida vedação compreende o interregno entre a deflagração do procedimento de contratação e o período até 6 (seis) meses após a desincompatibilização do exercício dos respectivos cargos e funções, consoante Resolução nº. 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público-CNMP.

Salvador, 07 de Fevereiro de 2024.


ASSINATURA DO DECLARANTE

Luiz Ubiriz Carneiro Ufendes
NOME COMPLETO DO DECLARANTE / CARGO DO DECLARANTE

74.003.757/0001-75

FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA

Rua Arthur de Azevedo Machado, 930
Blue Shopping, Box 2, Sala 06, Box 1
Costa Azul-CEP: 41.760-000
Salvador-BA

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____, **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

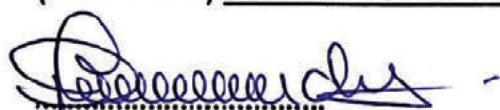
(Local e data) _____, _____ de _____ de 2024.

.....
(representante legal, CPF, RG)

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE, SALVO NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ

FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 74.003.757/0001-75, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) **ANA MARIA CARNEIRO MENDES**, portador(a) da Carteira de Identidade nº [REDACTED], Órgão expedidor [REDACTED] e do C.P.F nº [REDACTED] **DECLARA**, para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesesseis anos, salvo maior de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz.

(Local e data) Salvador 07 de FEVEREIRO de 2024.


(representante legal, CPF, RG)

CPF [REDACTED]

RG [REDACTED] 74.003.757/0001-75

FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA
Rua Arthur de Azevedo Machado, 930
Blue Shopping, Box 2, Sala 06, Box 1
Costa Azul-CEP: 41.760-000
Salvador-BA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 74.003.757/0001-75

Certidão nº: 8878304/2024

Expedição: 07/02/2024, às 12:26:18

Validade: 05/08/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **74.003.757/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 74.003.757/0001-75
Razão Social: FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA
Endereço: RUA ARTUR AZEVEDO MACHADO 930 BLUE SHOPPING B 2 / COSTA AZUL / SALVADOR / BA / 41760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/01/2024 a 28/02/2024

Certificação Número: 2024013022212226158320

Informação obtida em 07/02/2024 12:33:12

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Prefeitura Municipal do Salvador - PMS

Secretaria Municipal da Fazenda - SEFAZ
Procuradoria Geral do Município de Salvador - PGMS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS NA SEFAZ E TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE SALVADOR

Razão Social: FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA
CNPJ: 74.003.757/0001-75
Endereço: RUA ARTHUR DE AZEVEDO MACHADO Nº 930 - COSTA AZUL,
SALVADOR/BA - CEP: 41760000 - BLUE SHOPPING BOX 2 SALA 06 BOX 1

Número da Certidão: 830319

É certificado que não constam pendências em nome do sujeito passivo acima identificado, incluindo matriz e filiais localizadas no Município.

Esta certidão se refere à situação fiscal, compreendendo créditos tributários administrados pela SEFAZ e a inscrições em Dívida Ativa junto à PGMS e abrange, inclusive, a situação cadastral do estabelecimento matriz e suas filiais ou imóvel(is) em que esteja(m) na condição de contribuinte.

Fica ressalvado o direito de o Município cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer dívidas do sujeito passivo que vierem a ser apuradas.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <https://sefaz.salvador.ba.go.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Lei nº 7.186/2006 - CTRMS.

Certidão emitida às 12:30:10 horas do dia 07/02/2024.
Válida até dia 07/05/2024.

Código de controle da certidão: **E528.A9F1.0F66.7A20.9692.7B0B.A9EF.C057**

Esta certidão foi emitida pela página da Secretaria Municipal da Fazenda, no endereço <http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>, e sua autenticidade pode ser confirmada utilizando o código de controle acima.



Certidão Negativa de Débitos Tributários

(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)

Certidão Nº: **20240600466**

RAZÃO SOCIAL	
FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ
038.521.849	74.003.757/0001-75

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 07/02/2024, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA
CNPJ: 74.003.757/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 12:26:53 do dia 07/02/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/08/2024.

Código de controle da certidão: **5FA8.F3BA.72F4.1BDE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
COORDENADORIA DE CADASTRO

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO
PESSOA JURÍDICA

Validade deste Alvará: 31/12/2024

RAZÃO SOCIAL: FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA - ME

NOME FANTASIA:

CGA: 097.154/001-81

CNPJ: 74.003.757/0001-75

ENDEREÇO: Rua Arthur de Azevêdo Machado, 930, BLUE SHOPPING BOX 2 SALA
06 BOX 1 - COSTA AZUL

NATUREZA JURÍDICA: 206-2 - Sociedade Empresaria Limitada

CONSTITUIÇÃO EMPRESA: Matriz

ATIVIDADE(S)	CNAE	DATA INÍCIO
Comércio varejista de plantas e flores naturais	4789-0/02	20/12/1993
Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas	8230-0/01	17/02/2017

TIPO DE UNIDADE: Unidade Produtiva

FORMA DE ATUAÇÃO: Estabelecimento Fixo

SITUAÇÃO CADASTRAL: Ativa Regular

Nº TVL: 224735 **VALIDADE:** Definitivo

DATA DA INSCRIÇÃO: 12/11/1993

DATA DE IMPRESSÃO: 02/01/2024

Para o exercício da atividade, se Produtiva ou Auxiliar, observar TVL e suas restrições.

CONDICIONANTES:

CÓDIGO DE CONTROLE : 8E9EBB1A065CE19AC3C81C1E90720A8C

A autenticidade deste Alvará poderá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda
(<http://www.sefaz.salvador.ba.gov.br>), através do código de controle acima



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 74.003.757/0001-75 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 20/12/1993</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL
FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R ARTHUR DE AZEVEDO MACHADO

NÚMERO
930

COMPLEMENTO
BLUE SHOPPING BOX 2 SALA 06 BOX 1

CEP
41.760-000

BAIRRO/DISTRITO
COSTA AZUL

MUNICÍPIO
SALVADOR

UF
BA

ENDEREÇO ELETRÔNICO
ANA_PORTUGUESA@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(71) 9185-2483

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 07/02/2024 às 12:32:29 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

about:blank

Anexo CNPJ (0956183) SEI 19.09.48086.0002609/2024-57 / pg. 57

1/1

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA FIRMA FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA ME

ANA MARIA CARNEIRO MENDES,

CARLOS ALBERTO CARNEIRO MENDES,

, na qualidade de únicos
sócios da firma FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA ME, estabelecida a Rua Artur
Azevedo Machado, 930 Costa Azul Blue Shopping Box 2 Salvador- BA CEP 41770-
790, com Contrato Social arquivado na JUCEB em 20.12.1993 sob No 29201401163,
CNPJ 74.003.757/0001-75, resolvem fazer as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - ABERTURA DE FILIAL – Os sócios resolvem abrir uma filial
com sede na Rua Deputado Herculano Menezes, 11 Cajazeira V CEP 41330-030
Salvador – Bahia, sendo seu prazo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA – AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL – O Capital Social que era
de CR\$500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros reais) representados por 500 (mil)
cotas no valor unitário de CR\$1.000,00 (um mil cruzeiros reais), correspondente na
moeda atual a R\$181,81 (cento e oitenta e um reais e oitenta e um centavos), passa
ter a seguinte redação: O Capital Social é de R\$5.000,00 (cinco mil reais),
representados por 5.000 (cinco mil) cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real),
sendo sua integralização complementar de R\$4.818,19 (Quatro mil oitocentos e
dezoito reais e dezenove centavos), em moeda corrente do País em 10(dez)
parcelas mensais iguais e sucessivas a partir da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DESTAQUE DO CAPITAL – Fica determinado o destaque de
R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais), representados por 1.500 (um mil e
quinhentas) cotas no valor unitário de R\$1,00 (um real), de acordo com a Cláusula
Segunda desta Alteração e conforme composição abaixo:

SÓCIOS	COTAS ANTERIORES	COTAS ATUAIS
ANA MARIA CARNEIRO MENDES	250.000	2.500
CARLOS ALBERTO CARNEIRO MENDES	250.000	2.500
Totais	500.000	5.000

CLÁUSULA QUARTA - A responsabilidade dos sócios é limitada a totalidade do Capital Social.

CLÁUSULA QUINTA - Do Desimpedimento Para efeito do disposto no art. 37, inciso 11, da Lei 8.934 de 18.11.1994, com redação dada pelo artigo 13 da Medida Provisória No 1.754-18 de 02.06.1999, os Sócios declaram sob as penas da Lei que não estão impedidos de exercer comércio ou a administração de sociedade mercantil em virtude de condenação criminal.

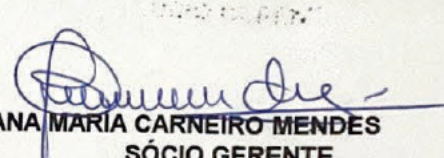
CLÁUSULA SEXTA - Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Social inicial, não modificadas nesta Alteração Contratual.

CLÁUSULA SETIMA - Fica eleito o foro da cidade do Salvador-BA, para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas nesta alteração.

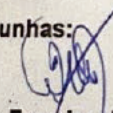
E por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento de Alteração Contratual em três vias de igual teor e forma, em presença de duas testemunhas.

Salvador, 12 de setembro de 2001

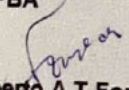

CARLOS ALBERTO CARNEIRO MENDES
SÓCIO GERENTE


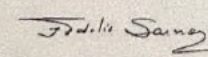

ANA MARIA CARNEIRO MENDES
SÓCIO GERENTE


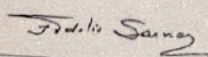
Testemunhas:


Roberto Ferreira de Carvalho
CPF [REDACTED]
SSPBA


Carlos Pereira de Jesus
CPF [REDACTED]


Roberto A T Fonseca
OAB 2951 OAB (BA)

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/10/01
SOB O NÚMERO: 96340070
Protocolo: 011630639

FIDELIS ROCCO SARNO
SECRETÁRIO GERAL

 **JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA**
CERTIFICO O REGISTRO EM: 11/10/01
SOB O NÚMERO: 29900673090
Protocolo: 011630639

FIDELIS ROCCO SARNO
SECRETÁRIO GERAL



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 74.003.757/0001-75 DUNS®: 91*****18
Razão Social: FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 06/02/2025
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

Emitido em: 07/02/2024 12:48

1 de 1

CPF: 726.XXX.XXX-72 Nome: ANA MARIA CARNEIRO MENDES

Ass: Anexo Registro SICAF (0956225) SEI 19.09.48086.0002609/2024-577 pg. 60



DECLARAÇÃO – EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

Declaro, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e subseqüentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GESTORA	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ELEMENTO DA DESPESA
1	40101/0003 Ex.: 40.x01 / xxxx	2000	9900	1.500.0.100.000000	339039000
2 *					

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 3.240,00

Três mil e duzentos e quarenta reais

(valor por extenso)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE (2024):

DOTAÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)
1	339039000	R\$ 7.911.384,54	R\$ 3.240,00
2 *		R\$	R\$

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

☒ A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário-financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

☐ O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos exercícios será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO (R\$)
2025	R\$ 0,00
2026	R\$ 0,00



4) ORIGEM DO RECURSO:

- ☒ A) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.
- ☐ B) Recursos Oriundos de Convênio Estadual.
- ☐ C) Recursos Oriundos de Convênio Federal.

** É possível assinalar mais de uma opção.*

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula: 351.495	Nome Completo: MICHELA CORDEIRO DE ARAÚJO	Cargo/Função: GERENTE
Data: 07/02/24	Unidade Administrativa: CEOA/DADM	

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo executor orçamentário (responsável pelo preenchimento das informações orçamentárias).



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Tendo em vista a autorização da despesa pelo seu ordenador, Anexo Manifestação Gestor Orçamentário assinada (0956627) e encaminho o expediente à DCCL/CEACC para análise.

Em tempo, encaminhe-se à Assessoria de Cerimonial para ciência da fiscal e suplente indicadas.

Mariana de Araujo Pimentel
Assistente Técnico Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Mariana De Araujo Pimentel** em 07/02/2024, às 18:20, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0956626** e o código CRC **C85FBC94**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista (docs 0956152, 0956177, 0956171, 0956151 e 0956167) da empresa pretensa contratada, **FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA**, CNPJ **74.003.757/0001-75**, **encontram-se válidas**, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu (s) sócio (s), conforme documentos anexos (0957381 e 0957381).

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Milena Mª Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico-Administrativo
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações
353.176



Documento assinado eletronicamente por **Milena Maria Cardoso do Nascimento** em 15/02/2024, às 08:59, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0957359** e o código CRC **04320998**.



DESPACHO

Retorne-se o presente expediente à **Assessoria de Cerimonial** informando que, após análise da instrução do processo em epígrafe, identificamos o que segue:

Na instrução do procedimento em geral:

1. Considerando a informação de que a demanda não se encontra prevista no PCA, bem assim que, conforme art. 9º, §1º do Ato Normativo 004/2024, publicado em 23/01/2024, as autorizações para contratação de demandas não previstas no PCA impõem de autorização do Comitê, sugere-se à unidade que verifique a viabilidade de inclusão da demanda no PCA, antes da sua publicação;
2. Ausência de manifestação formal sobre a indicação de fiscais e suplentes pelos próprios servidores indicados no documento 0956627. Assim sendo, solicitamos que os servidores sejam cientificados com posterior inclusão da manifestação formal de cada um deles.
3. Considerando que a proposta da empresa selecionada vence na presente data, solicitamos a atualização da mesma, ou confirmação, pela empresa, que mantém as mesmas condições ofertadas (com indicação do prazo);
4. No documento "Informações Orçamentárias - Executor" observa-se divergência entre o valor global estimado da contratação e o valor da proposta selecionada. Assim, recomenda-se o encaminhamento do expediente à CEOA para os ajustes cabíveis;

No Documento de Formalização da Demanda:

5. Ausência de assinatura digital no Termo de Referência (doc 0956578). Solicitamos anexar documento devidamente assinado;
6. Esclarecer se a Unidade demandante é de fato a Diretoria Administrativa, haja vista que, pela leitura dos demais documentos anexados aos autos, bem assim do quanto exposto na Comunicação Interna doc 0956470, parece-nos se tratar de situação a ser atendida com a maior brevidade possível, dado o exíguo prazo para a realização do evento, de modo que a utilização do procedimento previsto no referido dispositivo legal poderia acarretar na inviabilidade da contratação com antecedência suficiente para a realização do evento.

No Termo de Referência:

7. Item 2.1: Necessidade de indicar, na fundamentação, a não adoção do procedimento previsto no art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133/2021 (aviso prévio da dispensa, pelo período de 3 dias úteis, para viabilizar a apresentação de novas propostas). Da análise dos demais documentos anexados aos autos, bem assim do quanto exposto na Comunicação Interna doc 0956470, parece-nos se tratar de situação a ser atendida com a maior brevidade possível, dado o exíguo prazo para a realização do evento, de modo que a utilização do procedimento previsto no referido dispositivo legal poderia acarretar na inviabilidade da contratação com antecedência suficiente para a realização do evento.

Orientamos, ainda, que **os novos documentos deverão ser incluídos após o despacho desta Coordenação e que os documentos a serem retificados não sejam excluídos do expediente** de modo a preservar o histórico documental dos documentos anexados ao processo, pois os mesmos são objeto de análise e manifestação de outras unidades administrativas.

Paula Souza de Paula Marques

Gerente

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 07/24/2024, às 07:02: conforme Ato Normativo nº 2, de 07 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0957292** e o código CRC **E061F30F**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezados,

informo que estou ciente que fui designada para atuar como fiscal suplente na gestão e fiscalização da contratação decorrente de dispensa de licitação do serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany com assento branco.



Documento assinado eletronicamente por **Celia Borges De Almeida** em 15/02/2024, às 16:11, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0958667** e o código CRC **C9F72494**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

Prezados,

Informo que estou ciente que fui designada para atuar como fiscal na gestão e fiscalização da contratação decorrente de dispensa de licitação do serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany com assento branco.



Documento assinado eletronicamente por **Cinthia Santanna Almeida** em 07/24/424, às 05:05 conforme Ato Normativo nº 2, de 07 de Dezembro de 4242 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0958692** e o código CRC **9DFD269D**.

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA ELETRÔNICA - SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

1.7 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Cuvida-s da a e n t e a t a i a ç ã o d e s e r v i ç o s d e c a i a ç ã o d e 270 a d a s v e a s d i f f a n y a e s t a l q u a u n d a d s , a c m a v d n t i f i c a d a , o s a n d e a s s g u a e d a e a c o m ç m a i a ç ã o d e p ú b l i c o p e s r v t ç m a p ç s s a d s p e ç c u e a d e e g s e a l d s o l u t i i a , o b v e n ç o 2024-2026. a a s ç l u i a ç ã o a t s n d s c a s m s c s s v d a d s s o d a a d m n v t e a i a ç , a t s n d e a s e s r s l a d e a m a v a d s q u a d a a p e s t s n s a ç a d m n v t e a t i r a , m a m s d v a d m a u s d s t a d n s t i t u i a ç m a ç d s m ç a s f s e d e a t s m . a a b j s t ç a ç m p e s s n d s a ç d e n s c m s n t ç , a ç m a g a e a n t i a , a l u e a n t s a ç a l v a a a ç l s n d a d s , q u s a ç c ç e e s e a a a l a t a a d s d l o a s m a e i ç a d s 2024.

2. DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O d e n s c s d e d e f e a s l s c v n a d e p e d i s p s n s a d s d u c t a i a ç , a ç m f u n d a m s n t ç m a ç a e t i g e o 75, a n c v s d l a l s v f s d s e a l o d 4.133/2021, q u s l ç m s n ç e p e s i ç p e a t i c a d e , a p a e t i e a d s q u s s q u a a d s q u e s i ç s a e s a l v a d a n ç m s e c a d e d e c a l , a ç n f ç e m s d a b s l a a d s q u e s i ç s a e s f s e n c v a s d m a n s x ç .
A n t s a ç d x p ç s t ç , a p e s s n t s d e e m a a d s a ç n t e a t a i a ç a s m a ç s t e a , a t u a l m s n t s , a m a v a d s q u a d a d e s n t s a s q u s c u l v a e d a d s a l ç a b j s t ç .
N a a ç p ç e t u n d a d s , a n f ç e m a m ç s a u s a d s r v d e a ç d x ; g u ç p e a z ç q u a e a a e s a l v a i a ç a l ç d r s n t ç , m a ç d e ç v p ç s s ; r s l a a d e i a ç a l ç p e ç c s d m s n t ç p e s r v t ç m a ç e t . 75, d e o a d a d s v f s d s e a l o d 4.133/2021 q u a r v ç p e t i r ç a d s a d s p s n s a , q u s l ç p s e ç d e a d s a d v a s a ú t s v , q u a e a a r v a b l v a e a a p e s s n t a i a ç a d s m a ç r a s p e ç p ç s t a s) .

2.2 HABILITAÇÃO

(x)	A) JURÍDICA – ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(x)	(x) DOCUMENTO CON TITUTIVO DA PE OADURÍDICA (Ex: a ç n t e a t ç a ç c u a l , a e a t a ç c n p j , a s t a t u t ç , a t a s a d s a s s m b l s v a s a ç n s t i t u t i r a s d t c) Q
	(x)	(x) DOCUMENTO PE OAI DA PE OAFÍ ICA (Ex: a l ç c u m s n t ç s a d s a d s n t i d a d s , a e a t a ç c p f , a n t s c s d s n t s s a e m n a v s)
	(x)	B) FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA (C e t i d á s s a d s a e s g u l a e d a d s q u a e a ç m a s d a z s n d a s f s d s e a l , a s t a d u a l , m u n i c i p a l , F G T) Q
(x)	C) TÉCNICA (NÃO OBRIGATÓRIA):	
	(o)	(o) ATE TADO() oDE ACAPACIDADE OTÓCNICA o- oCç m p e ç r a i a ç a d s o a p t i d a ç q u a e a o ç d s s m p s n h ç a l s a t i r v l a d s q u s e t i n s n t s d a ç m p a e r s l a ç m a ç a b j s t ç a l a a ç n t e a t a i a ç Q
	(x)	(x) REGI TRODUON CRIÇÃO E MENTIDADE PROFÍ IONALCOMPETENTE
	(x)	(x) PROVA DE ATENDIMENTO DE REUIITO PREVI TO E M d e i d e P E C I A L q u a e n g l o b a r C E R T I D A O d u a l v a r ú d e o r g a o d e P E C Í F I C O)
(x)	(x) DECLARAÇÃO DE CI-NCIA DO REUIITO TÉCNICO	
	(x) OUTRO :	
	D) ECONÔMICO-FINANCEIRA (NÃO OBRIGATÓRIA):	
	(x)	(x) CERTIDÃO NEGATIVA DE FAL-NCIA
(x)	(x)	(x) BALANÇO PATRIMONIAL d e m o n t r a ç ã o c o n t ú b e i d o o l t i m o d e e x e r c í c i o o c i a l , c o m d n i d i c a ç ã o d e d i n d i c e
	(x)	(x) DEMON TRAÇÃO DE PATRIMÍ NIO d i f i d o u d e c a p i t a l o c i a l

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA
ELETRÔNICA - SERVIÇOS**



	(X)	A) EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL									
	()	B) EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO									
	()	C) OUTRO. Indicar:									
3.1 REGIME DE EXECUÇÃO											
3.2 RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO		<p>> PRAZO: 05 dias. Contagem de <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (X) () ô t s v s () Cç eedç s</p> <p>3.2.1. Prazo contado a partir da notificação à qual o Administrador, após a conclusão das atividades, atende às condições estabelecidas no Edital e no contrato.</p> <p>3.2.2. Os casos em que a Administração não puder cumprir o prazo estabelecido no Edital ou no contrato, desde que devidamente justificadas, serão considerados como prazos para a execução do contrato.</p> <p>3.2.3. A Administração poderá prorrogar o prazo estabelecido no Edital ou no contrato, desde que devidamente justificadas, desde que não ultrapasse o prazo máximo estabelecido no Edital ou no contrato.</p>									
3.3 FORMA DE EXECUÇÃO		<p>> LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO: Ministério Público do Estado da Bahia - Av. Unida, nº 50, Centro Administrativo da Bahia</p> <p>> DIAS E HORÁRIOS PARA EXECUÇÃO: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (A) NÃO se aplica (B) REGRA: O tempo gasto com os serviços será contado a partir da data da contratação até a data da entrega dos resultados, sendo que o prazo máximo é de 24 horas.</p> <p>> DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO</p>									
3.4 PRAZO(S) DE EXECUÇÃO	()	<p>A) REGRAS (SUGESTÃO):</p> <p>> PRAZO(S) DE EXECUÇÃO – INDIVIDUALIZAR POR SERVIÇO:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>SERVIÇO</th><th>PRAZO EM DIAS</th><th>CONTAGEM</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td><td></td><td>() ô t s v s () Cç eedç s</td></tr> <tr> <td></td><td></td><td>() ô t s v s () Cç eedç s</td></tr> </tbody> </table> <p>> PRAZO(S) CONTADO A PARTIR DE - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (A) RECEBIMENTO DO EMPENHO PELO FORNECEDOR (REGRA GERAL) (B) OUTRO o definir</p> <p>> PRAZO PARA FINALIZAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS (E HOUVER):</p> <p>> ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO(S) PRAZO(S) DE EXECUÇÃO: <u>ESCO-LHER UMA OPÇÃO:</u> (A) NÃO (B) IM. Nos casos em que a Administração não puder cumprir o prazo estabelecido no Edital ou no contrato, desde que devidamente justificadas, serão considerados como prazos para a execução do contrato.</p>	SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM			() ô t s v s () Cç eedç s			() ô t s v s () Cç eedç s
SERVIÇO	PRAZO EM DIAS	CONTAGEM									
		() ô t s v s () Cç eedç s									
		() ô t s v s () Cç eedç s									
	(X)	B) REGRAS (DEFINIDAS PELA UNIDADE SOLICITANTE): Condições estabelecidas no Edital.									

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA ELETRÔNICA - SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	()	C) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas
3.5 REGRAS DE GARANTIA	(X)	A) NÃO SE APLICA, POIS O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NÃO É APLICÁVEL AO OBJETO DA LICITAÇÃO
	()	B) GARANTIA LEGAL PARA TODOS OS ITENS, CONFORME PRAZOS E CONDIÇÕES DEFINIDOS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
	()	C) GARANTIA CONTRATADA (SERVIÇO ACESSÓRIO) PARA TODOS OS ITENS ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA:
	()	D) HÍBRIDO (PARTE DOS ITENS COM GARANTIA LEGAL E PARTE DOS ITENS COM GARANTIA CONTRATADA) ➤ JUSTIFICAR NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO DE GARANTIA: ➤ INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) : ○ GARANTIA LEGAL: ○ GARANTIA CONTRATADA:
	()	E) DEFINIÇÕES CONSTANTES DO APENSO II - Especificações Técnicas Detalhadas
		3.5.1 REGRAS DA GARANTIA CONTRATADA (Somente para opções C ou D): ➤ EXECUTOR DA GARANTIA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> ☒) A) EMPREENHEIRO CONTRATADO DO LICITANTE (REGRA GERAL) () B) FABRICANTE (EXCEÇÃO) ○ Justificar a escolha da garantia do fabricante (Em caso de opção): ➤ DURAÇÃO, contada a partir da data de início dos serviços - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> ☒) A) 01 (uma) ANO () B) 02 (dois) ANOS () C) GARANTIA PERMANENTE DURANTE TODA A VIGÊNCIA CONTRATUAL (SERVIÇO CONTÍNUO) ○ Justificar a escolha da duração: ➤ PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO, contado a partir da abertura do processo de MPBA - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) 01 (uma) HORA - Contado a partir da abertura do chamado () B) 01 (uma) DIA - Contado a partir da abertura do chamado () C) OUTRO () - Justificar: ➤ FORMA DE EXECUÇÃO DO ATENDIMENTO - <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> (X) A) Assistência técnica realizada no local de instalação do equipamento () B) Assistência técnica realizada no local de origem do equipamento () C) Assistência técnica realizada no local de origem do equipamento



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	<p>() D) O <i>onstituinte</i> da assistência técnica do Sr. Seixas, contratado pelo MPBAQ (EXCEÇÃO). O Sgeas:</p> <ul style="list-style-type: none"> O <i>onstituinte</i> da assistência técnica do Sr. Seixas, contratado pelo MPBAQ (EXCEÇÃO). O <i>onstituinte</i> da assistência técnica do Sr. Seixas, contratado pelo MPBAQ (EXCEÇÃO). <p>Justificativa para a contratação do <i>onstituinte</i>:</p> <p>() E) O <i>onstituinte</i> da assistência técnica do Sr. Seixas, contratado pelo MPBAQ (EXCEÇÃO).</p> <p>➤ DETALHAMENTO DAS DEMAIS REGRAS DE EXECUÇÃO DA GARANTIA (Se houver):</p>	
<p>3.6o POSSIBILIDADE OU DE SUBCONTRATAÇÃO</p>	<p>(X)</p>	<p>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</p> <p>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DOS SERVIÇOS</p> <p>➤ Indicar o nome da(s) empresa(s) contratada(s):</p> <p>➤ Indicar o Sgeas/código do Sgeas da empresa contratada:</p>
<p>3.7 MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL</p>	<p>3.7.1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:</p> <p>3.7.1.1. Não é permitida a subcontratação de qualquer parte do objeto do contrato, conforme disposto no art. 133 da Lei Estadual nº 4.634/2023, e o CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o contrato em caso de descumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento.</p> <p>3.7.1.2. O cumprimento das obrigações do contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que deverá apresentar plano de trabalho e cronograma de execução, bem como manter o CONTRATANTE informado sobre o andamento das atividades.</p> <p>3.7.1.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar plano de trabalho e cronograma de execução, bem como manter o CONTRATANTE informado sobre o andamento das atividades.</p> <p>3.7.1.2.2. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a prestação de serviços adicionais, que serão avaliados e aprovados pelo CONTRATANTE.</p> <p>3.7.1.2.3. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a prestação de serviços adicionais, que serão avaliados e aprovados pelo CONTRATANTE.</p> <p>3.7.1.2.4. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a prestação de serviços adicionais, que serão avaliados e aprovados pelo CONTRATANTE.</p> <p>3.7.1.2.5. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar a prestação de serviços adicionais, que serão avaliados e aprovados pelo CONTRATANTE.</p>	

3.7.1.2.6 O fisco de cada contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.7 O contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.3 O contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.3.1 O contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.4 O CONTRATANTE que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.4.1 O contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.4.2 O contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.5 O contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.1.2.6 O contribuinte que se enquadra no regime de tributação simplificada, nos termos do art. 14, III, do RCTM, não é obrigado a apresentar declaração de ajuste anual, desde que não tenha sido suscitado o lançamento de ofício pelo fisco, nos termos do art. 14, III, do RCTM, e do art. 17, II, do RCTM.

3.7.2 DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS AO OBJETO CONTRATADO

(X)	A) NÃO SE APLICA, SENDO APLICÁVEIS APENAS AS DISPOSIÇÕES GERAIS ELENCADAS NO ITEM 3.7.1
()	B) DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAMENTE RELACIONADAS AO OBJETO CONTRATUAL

3.7.3 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

As infrações administrativas e as sanções encontram-se definidas em contrato, em conformidade com as disposições legais aplicáveis à matéria.

3.7.4 DAS MULTAS* ESCOLHER UMA OPÇÃO

(X)	<p>A) APLICAM-SE AS DISPOSIÇÕES ABAIXO ELENCADAS:</p> <p>3.7.4.1. Meat\$eaa\$0,5%qmSvq qe Sntç) qe ealaa\$eaa\$ onjustificaa\$ a\$ be\$ a alç e da paec Slaa nad v m pl da, attig d m v t Saa 30 q t e n t a) a l v a s Q</p> <p>3.7.4.2. Cç mp Snsat\$eaa\$0,20% q r v n t S q q e S n t ç) a \$ b e \$ a l ç e d ç t a l a l ç a ç n t e a t ç , q a e a a s v n f e i a Á S a a S g u e a l S s c e t a s :</p> <p>3.7.4.2.5 a A p e s s S n t a e d ç c u m S n t a i ä ç d f a l s a a u q e S t a e d S c l a e i ä ç d f a l s a a d u e a n t S a</p>
-------	--

[illegible]

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA ELETRÔNICA - SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	<p>dSr vdamSntSgustificadç Q</p> <p>3.7.4.4 Paeaas on feai ÁSsabavç alvpc stas, amultaas Seá dSxxx% dxxxxpc eSntç) aç b eSç r alç e dç tal dç aç nteatç Q</p> <p>3.7.4.4.1 DSeocausa à onSxScui ãç qpaecval dç aç nteatç Q</p> <p>3.7.4.4.2 DSeocausa à onSxScui ãç qpaecval dç aç nteatç aç uS ocausS qgearS odanç à Admynvsteai ãç aç u aç dfuncç namSntç dç s aServi ç s públçs aç u aç antSeSsS aç lStir ç Q</p> <p>3.7.4.4.3 oEnsSjae aç eSstaedamSntç oda oSxScui ãç aç u oda oSnteSga dç aç ç bjStç oda çç nteatai ãç aSmtç tir ç gustificadç Q</p>
3.8 CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO (PARA FINS DE FATURAMENTO)	<p>3.8.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:</p> <p>PRAZO: 01 mva aç eadç, aç ntadç s: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO</u></p> <p>() A) O AFINALIZAÇÃO DO o SERVIÇO</p> <p>() B) O A ENTREGA DO A NOTA F I CAL/FATURA</p> <p>(X) C) OUTRO: aScSbmSntç dç aServi ç aç nteatdç ntç mva d^o dSmaei ç 2024.</p> <p>3.8.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:</p> <p>➤ PRAZO: 01 mva aç eadç, aç ntadç s aç aScSbmSntç dSfntir ç</p> <p>3.8.3 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) o- dE COLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) NÃ O o E APLICA</p> <p>() B) PRAZO <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u></p> <p>() 1) 0000000 HORA . dç ntagSmo dScç lhSeuma aç pi ãç : 0000 () 0 tSv 0000 () Cç eadç s</p> <p>() 2) 0 DIA . dç ntagSmo dScç lhSeuma aç pi ãç : 0000 () 0 tSv 0000 () Cç eadç s</p> <p>() 3) OUTRO (). dndvca:</p> <p>3.8.4 DEMAIS REGRAMENTOS:</p> <p>3.8.4.1 O CONTRATANTE aSjSvtae, ntç dç dç aç u d mpaetS, aç ç bjStç aç nteatual d m dSsacç edç aç m aS çç ndv ÁSspactuadas, aç dSndç, dntestantç, aS dhS aç nr vSe, dScv dç pSlç aScSbmSntç, mSstS aç aS çç m aS dSdui ÁSsab; r SvQ</p> <p>3.8.4.2 Os aServi ç s aç dSeãç aSe aSjSvta dç s, ntç dç dç aç u d mpaetS, aç uandç d m dSsacç edç aç m aS SspScfical ÁSs açç nstantSs mSstS onsteumSntç, dSrSndç aSe açç eegvdç s/ eSfvtç s/ substitu; dç s ntç s p eazç s dSfndç s mSstS onsteumSntç, açç ntaeala ntç tificai ãç ala CONTRATADA, aSsuas açustas, aSm p eSju; zç ala aplcal ãç alas pSnalvdadSsQ</p> <p>3.8.4.3 E rSntual onstablvdadS na qeSstai ãç dç aServi ç dSr Seá aSe aSupeda ntç q eazç m áxvmç dç a tSm 3.8.3 aSsgueadç à CONTRATADA aç aç s sblvdadS dS dç i ãç dS rSntual aç lui ãç altSenatir a, mSstS p eazç, a d m dS aSsguee açç ntinuvdadS ala qeSstai ãç dç aServi ç Q</p> <p>3.8.4.4 E m aç aSç dS aScusa, ntç dç dç aç u d mpaetS, dç aç ç bjStç aç nteatdç, d fca a CONTRATADA ç begada a eSpae aç eegv, aSmç r Se, aScç nsteu aç u a substitute, aSsuas aç xpSnsas, ntç dç dç aç u d mpaetS, aç ç bjStç d m aç u aS s r Se fca e m a; çç s, dSfvtç s aç u açç eSi ÁSs aSsultantS ala d xScui ãç aç u matSeav d mpeSgadç s, aç bSndç à dScalvzai ãç m ãç a tSstae aç aScSbmSntç dç aServi ç s aç tti aç uS</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA ELETRÔNICA - SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

	<p>sSjam anadas dç das as dçr Sntuav qSndêncvas quS qç ssam σ vea aSeapç ntadas dç dRScSbmSntç Pç r v s e ç Q</p> <p>3.8.4.5 d a e c SbmSntç d Sfinvtr ç dç q bjStç d SstS a ç nteatç aSeá a ç nceStizadç dSpç v a d S a dç tadç s, pSlç CONTRATANTE, dç dç s q s q e ç c S d m Sntç s a b ; r S v a l ç a e t. d 40 a d a d S v f S d S e a l o n.º d 4.133/2021 d, nç quS a ç u b S e, a d a d S v e S t a d u a l a d S m.º d 14.634/23, a d S r S n d ç q ç e e e n ç s q e a z ç s a d S f i n v d ç s m S s t S v n s t e u m S n t ç Q</p> <p>3.8.4.6 d a e c S v t S q u a p e ç r a i a ç d ç q b j S t ç q p S l ç CONTRATANTE a n a ç d x c l u v a a e s p ç n s a b v d a d S a d a CONTRATADA o p ç e a ; c ç s, a d S f S v t ç s q u a d v p a e d a d S s a ç m a s d s p S c v f a i Á S s d s t a b S l S c v d a s m S s t S C ç n t e a t ç d n ç q p e ç c S s ç a d S d v p S n s a a d S d v t a i a ç q u S q ç e g v n ç u, a r S e f i c a d a s q ç s t S e ç e m S n t S, g a e a n t i n d ç - s S a ç CONTRATANTE, a n c l u s v r S, a s d f a c u l d a d S s q e r v t a s o n a d S v f S d S e a l o n.º d 0.078/90 a C ç d v ç a d S d S f S a a l ç d ç n s u m v d ç e.</p>													
3.9 DOS PREÇOS	<p>3.9.1 ABRANGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="427 779 549 1128">(X)</td> <td data-bbox="549 779 1532 1128"> <p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <p>➤ Englobam, d x S m p l f i c a t i r a m S n t S, d ç d ç s q s a e u s t ç s a e l a t i r ç a e a e m u n S e a i Á S s, d n c a e g ç s a ç c v a s, q e r v d S n c v a e ç s d e a b a l h v t a s a d S d ç d ç q p S s s ç a l a d S v g n a d ç q p S l ç d ç e n S - c S d ç e p a e a d x S c u i a ç d ç q b j S t ç, d e a n s p ç e t S s a d S a q u a l q u S e a t u e s z a, a d S p e s c v a i a ç, a l u g u t í s, a d m v n s t e a i a ç, d e b u t ç s d d m ç l u m S n t ç s.</p> <p>➤ D S m a v a e s g e a m S n t ç s d ç s S d i ç u r S e l): O s q e s i ç s a n c l u S m a ç s o a l ç e S s a e l a t i r ç s a e a d a a u m d ç s a t S n s a e S d v d ç s d m a ç m ç d a t ç.</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="427 1128 549 1256">()</td> <td data-bbox="549 1128 1532 1256"> <p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p> </td> </tr> </table> <p>3.9.2 CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DOS PREÇOS - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="427 1256 549 1406">()</td> <td data-bbox="549 1256 1532 1406"> <p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="427 1406 549 1487">()</td> <td data-bbox="549 1406 1532 1487"> <p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="427 1487 549 1630">(X)</td> <td data-bbox="549 1487 1532 1630"> <p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, e l a t i r ç a e ç m p l S t a d x S c u i a ç d ç s a S e r v i ç s</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="427 1630 549 1765">()</td> <td data-bbox="549 1630 1532 1765"> <p>D) OUTRO:</p> </td> </tr> </table>		(X)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <p>➤ Englobam, d x S m p l f i c a t i r a m S n t S, d ç d ç s q s a e u s t ç s a e l a t i r ç a e a e m u n S e a i Á S s, d n c a e g ç s a ç c v a s, q e r v d S n c v a e ç s d e a b a l h v t a s a d S d ç d ç q p S s s ç a l a d S v g n a d ç q p S l ç d ç e n S - c S d ç e p a e a d x S c u i a ç d ç q b j S t ç, d e a n s p ç e t S s a d S a q u a l q u S e a t u e s z a, a d S p e s c v a i a ç, a l u g u t í s, a d m v n s t e a i a ç, d e b u t ç s d d m ç l u m S n t ç s.</p> <p>➤ D S m a v a e s g e a m S n t ç s d ç s S d i ç u r S e l): O s q e s i ç s a n c l u S m a ç s o a l ç e S s a e l a t i r ç s a e a d a a u m d ç s a t S n s a e S d v d ç s d m a ç m ç d a t ç.</p>	()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>	()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p>	()	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>	(X)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, e l a t i r ç a e ç m p l S t a d x S c u i a ç d ç s a S e r v i ç s</p>	()	<p>D) OUTRO:</p>
(X)	<p>A) OS PREÇOS CONTRATADOS ENGLOBAM TODOS E QUAISQUER CUSTOS NECESSÁRIOS AO FIEL CUMPRIMENTO DA CONTRATAÇÃO</p> <p>➤ Englobam, d x S m p l f i c a t i r a m S n t S, d ç d ç s q s a e u s t ç s a e l a t i r ç a e a e m u n S e a i Á S s, d n c a e g ç s a ç c v a s, q e r v d S n c v a e ç s d e a b a l h v t a s a d S d ç d ç q p S s s ç a l a d S v g n a d ç q p S l ç d ç e n S - c S d ç e p a e a d x S c u i a ç d ç q b j S t ç, d e a n s p ç e t S s a d S a q u a l q u S e a t u e s z a, a d S p e s c v a i a ç, a l u g u t í s, a d m v n s t e a i a ç, d e b u t ç s d d m ç l u m S n t ç s.</p> <p>➤ D S m a v a e s g e a m S n t ç s d ç s S d i ç u r S e l): O s q e s i ç s a n c l u S m a ç s o a l ç e S s a e l a t i r ç s a e a d a a u m d ç s a t S n s a e S d v d ç s d m a ç m ç d a t ç.</p>													
()	<p>B) ITENS OU CUSTOS NÃO INCLUSOS NOS PREÇOS PACTUADOS:</p>													
()	<p>A) VALOR MENSAL FIXO:</p>													
()	<p>B) VALOR UNITÁRIO POR SERVIÇOS</p>													
(X)	<p>C) VALOR GLOBAL CONTRATADO, e l a t i r ç a e ç m p l S t a d x S c u i a ç d ç s a S e r v i ç s</p>													
()	<p>D) OUTRO:</p>													
3.10 REGRAS DE FATURAMENTO	<p>3.10.1 PERIODICIDADE DE FATURAMENTO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <table border="1"> <tr> <td data-bbox="427 1839 549 2047">(X)</td> <td data-bbox="549 1839 1532 2047"> <p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (RSG e a g S e a l)</p> <p>() 2) OUTRO:</p> </td> </tr> <tr> <td data-bbox="427 2047 549 2125">()</td> <td data-bbox="549 2047 1532 2125"> <p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p> </td> </tr> </table>		(X)	<p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (RSG e a g S e a l)</p> <p>() 2) OUTRO:</p>	()	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>								
(X)	<p>A) EM PARCELA ÚNICA - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) 1) AO FINAL DE TODA A EXECUÇÃO CONTRATUAL E RECEBIMENTO DO OBJETO (RSG e a g S e a l)</p> <p>() 2) OUTRO:</p>													
()	<p>B) MÚLTIPLOS FATURAMENTOS, SENDO CADA UM REALIZADO APÓS A EXECUÇÃO DE CADA PEDIDO/EMPENHO EMITIDO</p>													

**TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA
ELETRÔNICA - SERVIÇOS**



	()	C) MENSAL
	()	D) PARCELADO: ➤ QUANTIDADE DE PARCELA : ➤ DEFINIÇÃO DO MONTANTE DA PARCELA
	()	E) OUTRO(A). Indicar:
	3.10.2 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS PARA FATURAMENTO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:	
	(X)	A) NÃO SE APLICA, sendo o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.
	()	B) REGRAS E/OU DOCUMENTOS EXIGIDOS, para além dos indicados na opção A. Especificar:
3.11 REGRAS PARA PAGAMENTO E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	<p>3.11.1 O faturamento mensal será efetuado pelo sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.</p> <p>3.11.2 Os pagamentos serão efetuados pelo sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.</p> <p>3.11.3 O sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.</p> <p>3.11.4 O sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.</p> <p>3.11.5 O CONTRATANTE deverá apresentar ao CONTRATADO, para além dos indicados na opção A, os seguintes documentos:</p> <p>3.11.6 Os pagamentos serão efetuados pelo sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.</p> <p>3.11.7 O sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.</p> <p>3.11.7.1 O sistema de pagamento em prestações mensal/faturado e o sistema de pagamento em prestações mensal/faturado não se aplica.</p>	
3.12 REAJUSTAMENTO	()	A) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. REGRA : ➤ Indicados os preços passíveis de reajustamento, para além dos indicados na opção A, escolher uma opção: () A) DNPC/IBGE () B) OUTRO. Indicar:

		<p>➤ AderSntualaçncssãçdSæajustamSntçficaçndvçvnadadapêssntai ãç dSæ-quSemSntç dç emalqSlaçÇ nteatada, apşsç deanscuesç dç qeazç dS d2(dçzS) mSsSs, aç ntadç sdaataaç ç ei amSntç dstimadç qSlaAdmrvsteai ãç.</p> <p>➤ NadhpştSs dSæajustamSntç, adç tae-s-áaç mç æfSeñcvlç acumuladç dS d2(dçzS) omSsSs, osndç ç dSemç onvcval ç mêsodS oapêssntai ãç dç ç ei amSntç Sstimadç qSla admrvsteai ãç d dSemç dfinal ç mês ayuS cantScsdS oa data dS anv Sesáç.</p> <p>➤ Seãç ç bjStç dSæajustapSnasç oralç esælatir ç sa qpSdvçs dS dxScui ãç dS sSerç ç dç emalzadç apşsç dScuesç dç qeazç dS d2(dçzS) omSsSs, aç ntadç sdaç ei amSntç dstimadç qSla admrvsteai ãç.</p> <p>➤ NçsæajustSsubsquSntSs aç qemSveç, ç ontSeēgnç m;nmç dSamænç dSeä çç ntadç aqaetieaç dç fvtç dfinancSveç sdaç áltimç æajustSQ</p>
	(X)	<p>B) NÃO É CABÍVEL A PREVISÃO DE REAJUSTAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA ORIGINÁRIA DO CONTRATO, dadas as condições de pagamento Sntç d natueza aç s Serç s.*</p> <p>Nadh pştSs dS qeç eç gai ãç dç qeazç dS vğência, ç spesi ç spactuadç s Seãç pass;r Sv dSæajustamSntç, aç nfç em Sæs dS guvntSs ægeas dç ndv ÁS:</p> <p>➤ Índvç fical qeaaç alculç ala saei ãç dSpesi ç se ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) dNPC/IBGE</p> <p>() B) OUTRO. dndvaç:</p> <p>➤ AderSntualaçncssãçdSæajustamSntçficaçndvçvnadadapêssntai ãç dSæ-quSemSntç dç emalqSlaçÇ nteatada, apşsç deanscuesç dç qeazç dç tal dS dxScui ãç dç s Serç ç saç nteatadç s.</p> <p>➤ NadhpştSs dS æajustamSntç, adç tae-s-áaç mç æfSeñcvlç acumuladç dS mSsSs odScç eedç s oSnteŃ oa oapêssntai ãç oda opeç pç sta odS opesi ç s oç SncSeeamSntç dç qeazç onvcval dS lueai ãç ala dxScui ãç aç nteatual.</p> <p>➤ Seãç ç bjStç dSæajustapSnasç oralç esælatir ç saç otç r ç qSeç dç dS vğência çç nteatual.</p>
3.13 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIAS	3.13.1 VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP)	<p>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) NÃO SE APLICA (Não se trata de registro de preços)</p> <p>() B) VIGÊNCIA DA ARP:</p> <p>➤ Peazç dS vğência ala ARP: 000000 omSsSq(Lmtadç d d2omSsSs)</p> <p>➤ Pçssvhdad dS qeç eç gai ãç dSp eazç dS vğência oE COLHERUMAOPÇÃO:</p> <p>() dNÃO oIM o IM (Lmtadç aç total dS vğência ala ARP d d2omSsSs)</p>
	3.13.2 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO	<p>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO - ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) d) 02 omSsSs, aç ntadç sdaç ScSbmSntç dç dmpSnhç qSlaç nteatada</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA ELETRÔNICA - SERVIÇOS



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

		<p>() 2) 0000 dias, a contar da data de assinatura do contrato e da entrega dos serviços.</p> <p>() 3) 0000 meses, a contar da data de assinatura do contrato e da entrega dos serviços (previsão contratual)*</p> <p>() 4) 0000 dias, a contar da data de assinatura do contrato e da entrega dos serviços (previsão contratual)*</p>
	<p>()</p>	<p>B () Opção 1: 000000 meses/ _____ anos, a contar da data de assinatura do contrato e da entrega dos serviços (a) e ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data de assinatura do contrato: 0000 de 00000000 de 00000000</p> <p>() B) Data da última assinatura</p> <p>() C) Data de publicação do edital no Diário Oficial do PNC</p> <p>() Opção 2: 000000 dias, a contar da data de assinatura do contrato e da entrega dos serviços (a) e ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>() A) Data de assinatura do contrato: 0000 de 00000000 de 00000000</p> <p>() B) Data da última assinatura</p> <p>() C) Data de publicação do edital no Diário Oficial do PNC</p>
		<p>3.13.3 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA e ESCOLHER UMA OPÇÃO:</p> <p>(X) A) NÃO SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA</p> <p>() B) SIM, SERÁ ADMITIDA A PRORROGAÇÃO MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE ADITIVO PARA TAL FIM.</p> <p style="margin-left: 20px;">Justificativa:</p> <p style="margin-left: 20px;">></p> <p style="margin-left: 20px;">></p>
<p>3.14 DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA</p>		<p>3.14.1 OBRIGAÇÕES GERAIS</p> <p>3.14.1.1 O pregoeiro se obriga a cumprir o prazo de entrega dos serviços e a manter a qualidade dos serviços durante todo o prazo de vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.</p> <p>3.14.1.1.1 A CONTRATADA se obriga a cumprir o prazo de entrega dos serviços e a manter a qualidade dos serviços durante todo o prazo de vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.</p> <p>3.14.1.2 O pregoeiro se obriga a fornecer todos os materiais necessários para a execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.</p> <p>3.14.1.3 O pregoeiro se obriga a fornecer todos os materiais necessários para a execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.</p> <p>3.14.1.4 O pregoeiro se obriga a fornecer todos os materiais necessários para a execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.</p> <p>3.14.1.5 O pregoeiro se obriga a fornecer todos os materiais necessários para a execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.</p> <p>3.14.1.6 O pregoeiro se obriga a fornecer todos os materiais necessários para a execução dos serviços, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e no contrato.</p>



duantSdç dç q p eazç d a a u a r g ê n c i a Q

3.14.1.7 r S p ç n s a b v l z a e s p S l ç a u p e m S n t ç d a s q b e g a i Á S s p e r v t a s d m o A c ç e d ç , d ç n r S n i ã ç , D v s ; d v ç d ç l S t i r ç d S d e a b a l h ç q u d q u a l S n t S s d a s a t S g ç e a s a b e a n g v d a s p S l ç a ç n t e a t ç , p q e d ç d a s a s q b e g a i Á S s d e a b a l h t a s , a ç c v a s , p e r v d S n c v a e a s , d e b u t a e a s d a s d S m a v p e r v t a s d m d S g v l a i ã ç S s p S c ; f i c a , a u j a o n a d v m p l ê n c v a o ã ç d e a n s f S e a e S p ç n s a b v l d a d S a ç d C O N T R A T A N T E Q

3.14.1.7.1 o A o S r S n t u a l o e S t S n i ã ç o d S o t e b u t ç s o p S l ç o C O N T R A T A N T E o n ã ç o m p l i c a e á o n a e S p ç n s a b v l z a i ã ç o d S s t S , d m d h p S t S s a l g u m a , p q e q u a v s q u S e q p S n a l d a d S s a ç u o g e a r a m S s f u t u e ç s , d S c ç e e S n t S s d S o n a d v m p l S m S n t ç (s) d S d e b u t ç s p o S l a d C O N T R A T A D A Q

3.14.1.8 d e m t i e n ç t a s d i s c a v / f a t u e a s d S a c ç e d ç a ç m a d S g v l a i ã ç , a ç n t S n d ç d S s c e i ã ç d ç s a S e r v i ç s , v n d c a i ã ç d S a u a n t i d a d S s , p e S i ç s a u n t a e ç s d o a l ç e d ç t a l , a b S e r a n d ç - s S , a v n d a , a ç a u a n t ç d v p ç s t ç n ç s a t S n s d . 1 0 d e . 1 1 d S s t S o n s t e u m S n t ç Q

3.14.1.9 r S p ç n s a b v l z a e s p S l ç s r ; c v ç s d a n ç s d S c ç e e S n t S s d a d x S c u i ã ç d ç a b j S t ç , d o S m a ç m ç p ç e o t ç d ç o S o q u a l q u S e o d a n ç o c a u s a d ç o a o A d m n v t e a i ã ç o ç u o t S e c S v e ç s , o n ã ç o e S d u z v n d ç o S s a e S p ç n s a b v l d a d S o a o f i s c a l z a i ã ç o ç u o ç o a c ç m p a n h a m S n t ç o d a o S x S c u i ã ç o c ç n t e a t u a l o p S l ç C O N T R A T A N T E , a u S d i c a e á a u t ç e z a d ç a d S c ç n t a e d ç s p a g a m S n t ç s d S r d ç s a ç u a d a g a e a n t i a , a a s ç S x g v d a o n ç d d v t a l , a ç o a l ç e a ç e e S p ç n d S n t S a ç s a l a n ç s a ç f e d ç s Q

3.14.1.10 o P e ç r v d S n c v a e d o m a n t S e a t u a l z a d a s d ç d a s a s d v c S n i a s d o a l r a e á s q u n t ç o a s a e S p a e t i i Á S s c ç m p S t S n t S s a u S , p q e r S n t u e a , a S j a m o n S c S s a e ç s a d x S c u i ã ç d ç a ç n t e a t ç Q

3.14.1.11 a t S n d S e , o n ç s p e a z ç s a ç n s g n a d ç s o n S s t S o n s t e u m S n t ç , a s a e S c u s a s a ç u a d S t S e m v n a i Á S s , p S l ç **C O N T R A T A N T E** , o d S a e f a z v m S n t ç o d S a S e r v i ç s a u S o n ã ç o S t S j a m o S n d ç o ç u o n ã ç o t S n h a m o v d ç S x S c u t a d ç s d S a c ç e d ç a ç m a s d n ç e m a s d t i c n v a s d / ç u d m a ç n f ç e m v d a d S a ç m a s a ç n d v i Á S s d S s t S c ç n t e a t ç a ç u a d ç p e ç c S s ç d S a v p S n s a d S d v t a i ã ç a u S a ç e g v n ç u , p e ç r v d S n c v a n d ç a u a o m S d v a t a c ç e e S i ã ç a ç u a e a l z a i ã ç , a S m d n u s p a e a a **C O N T R A T A N T E Q**

3.14.1.12 o C ç m u n v a e a ç d f v s c a l a d ç a ç n t e a t ç , o n ç p e a z ç d S o 2 4 d (r n t S d a q u a t e ç) d h ç e a s , a q u a l q u S e c ç e e n c v a n ç e m a l a u a c v d S n t S a u S a S o r S e f i q u S o n ç d ç c a l a d ç s a S e r v i ç s Q

3.14.1.13 o P e S t a e d ç d ç d S c l a e S c m S n t ç a ç u a n f ç e m a i ã ç a ç l v t a d a p S l ç **C O N T R A T A N T E** a ç u p q e a S u s p e p ç s t ç s , g a e a n t i n d ç - l h S s a ç a c S s ç , a a u a l q u S e d S m p ç , a ç d ç c a l a d ç s d e a b a l h ç s , d o S m a ç m ç a ç s d ç c u m S n t ç s a e l a t i r ç s a d x S c u i ã ç d ç a S e r v i ç Q

3.14.1.14 o P a e a l v a e , p q e a d S t S e m v n a i ã ç d ç **C O N T R A T A N T E** , a u a l q u S e a t i r v d a d S a u S o n ã ç d S t S j a a S n d ç S x S c u t a d a d S a c ç e d ç a ç m a d ç a d t i c n v a a ç u a u S p q ç n h a d m a e s c ç a a S g u e a n i a a d S p S s s a s a ç u d S n s d S t S e c S v e ç s .

3.14.1.15 d N ã ç p S e m v i e a u t i l z a i ã ç d S a u a l q u S e d e a b a l h ç d ç o m S n ç e a d S a d S z S s S v s a n ç s , d x c S t ç o n a c ç n d v i ã ç d S a p e S n d v a e a a s o m a v e S s a d S a u a t ç e z S a n ç s , o S m p S e m v i e a u t i l z a i ã ç d ç d e a b a l h ç d ç m S n ç e a d S a d S z ç v t ç a n ç s d m d e a b a l h ç o n ç t u e n ç , p S e g ç s ç a ç u a n s a l u b e S Q

3.14.1.16 d N ã ç a ç n t e a t a e , a d u e a n t S a o r g ê n c i a d ç a ç n t e a t ç , a 8 n j u g S , a ç m p a n h S v e ç a ç u p a e S n t S d m l n h a e S t a , a ç l a t S e a l a ç u p q e a f i n v d a d S , a t t i a ç d S e c S v e ç g e a u , a d S a v e g S n t S a d ç **C O N T R A T A N T E** , a ç u a d ç f i s c a l a ç u a d ç g S t ç e a d ç a ç n t e a t ç , o n ç s d S e m ç s a d ç a e t i g ç 0 8 , p a e a g e a f ç a i n v c ç , a d a d S v d 4 . 1 3 3 / 2 0 2 1 Q

3.14.1.17 o G u a e d a e a v g l ç a ç b e S d ç d a s a o n f ç e m a i Á S s a ç b t i d a s d m a d S c ç e e n c v a d ç a u p e m S n t ç d ç c ç n t e a t ç Q

3.14.1.18 o C u m p e e , a l t i m a d ç s p q ç s t u l a d ç s d S g a v o r g S n t S s d S a i m b v t ç d S d S e a l , d S t a d u a l a ç u o m u n c i p a l , a s o n ç e m a s a d S a S g u e a n i a a d ç **C O N T R A T A N T E Q**

3.14.1.19 o C u m p e e , a d u e a n t S d ç d ç a ç p S e ç d ç d S d x S c u i ã ç d ç a ç n t e a t ç , a a e S S e r a a d S a e g ç s p e r v t a S m d S v p a e a p S s ç a a ç m a d S f i c i ê n c i a , p a e a e S a b v l t a d ç d a P e r v d ê n c i a o ç c v a l a ç u p a e a p e S n d v , d o S m

[illegible]

TERMO DE REFERÊNCIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO – GERAL NÃO ELETRÔNICA
ELETRÔNICA - SERVIÇOS



	()	B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS. Indicar:
3.16 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL	(X)	A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÃO EM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)
	()	B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL
	()	C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL. Responda: ➤ Percentual exigido: <u>ESCOLHER UMA OPÇÃO:</u> () A) 5% (cinco por cento) ou () B) OUTRO*. Indicar: <u>8% (oito por cento)</u> ➤ Prazo para apresentação: <u>06 (seis) dias úteis</u> após assinatura do contrato. ➤ Justificativa para a exigência: <u>em percentual superior a 5% (cinco por cento) de alterações no valor do contrato: 01 (uma) vez</u> Obs 1: A Lei Federal nº 14.133/2021 disciplina que: O valor máximo da garantia será de 5% do valor inicial do contrato para as contratações em geral OU até 10% do valor inicial do contrato nas contratações de alta complexidade técnica e riscos envolvidos, devendo, nestes casos, ser apresentada justificativa técnica para tal exigência. Obs 2: Cuidando-se de dispensa não eletrônica, não será admitida a apresentação de garantia na modalidade seguro-garantia.
3.17 INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	CONFORME FORMULÁRIOS DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS ANEXOS AO EXPEDIENTE DE CONTRATAÇÃO.	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO: CELIA BORGES DE ALMEIDA MATRÍCULA: 353.573 UNIDADE ADMINISTRATIVA: ASSESSORIA DE CERIMONIAL DATA: 07.02.2024		



APENSO I

TABELA INDICATIVA DE ITENS A SEREM DISPONIBILIZADOS PELA CONTRATADA

1. Dos equipamentos que:

DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Serviço de manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos	und	01

RE: Confirmação de validade do Orçamento

Ana Mendes <ana_portuguesa@hotmail.com>

Qui, 15/02/2024 17:07

Para:ASSESSORIA DE CERIMONIAL | MPBA <cerimonial@mpba.mp.br>

Orçamento válido até dia 01/03/2024



Ana Portuguesa / Decora????o

ana_portuguesa@hotmail.com / 71 99185-0413 / 71 3272-4189

Rua Arthur de Azevedo Machado . 930 . Blue Shopping . Sala 04 . Costa Azul .
Salvador BA

De: ASSESSORIA DE CERIMONIAL | MPBA <cerimonial@mpba.mp.br>

Enviado: quinta-feira, 15 de fevereiro de 2024 16:47

Para: Ana Mendes <ana_portuguesa@hotmail.com>

Assunto: Confirmação de validade do Orçamento

Prezada Ana Mendes, boa tarde!

No documento em anexo, no orçamento do serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany com assento branco, foi enviado a proposta no valor de R\$ 2.650,00.

No documento, a proposta venceria hoje, 15.2.2024.

Como o processo de dispensa de licitação tem um período para a tramitação interna, gostaríamos de saber se o orçamento está válido e até que data a senhora mantém esse valor.

Atenciosamente,

Célia Almeida

Assessoria de Cerimonial

Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel: (71) 3103-0403

Comunicação Interna nº 9 / ASS CER - APOIO TÉC E ADM - ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Em 15 de fevereiro de 2024.

De: ASSESSORIA DE CERIMONIAL

Para: SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Assunto: **Dispensa de serviço de locação de cadeiras Tiffany com assento branco**

À

Superintendência/ Diretoria Administrativa do Ministério Público da Bahia

Solicitamos a contratação do serviço de locação de cadeiras Tiffany cristal com assento branco, através da modalidade de dispensa de licitação, em razão do prazo exíguo para a realização da cerimônia de posse de Procurador-Geral de Justiça, no início do próximo mês de março.

A aquisição se justifica devido ao fato de que esta Instituição não possui o mobiliário necessário e indispensável para a acomodação do público que participará da referida solenidade.

Na oportunidade, informamos que as servidoras Cinthia Sant'Anna Almeida, matrícula 352.210, e Célia Borges de Almeida, matrícula 353.573, realizarão o acompanhamento do objeto contratado como Fiscal e Suplente, respectivamente.

Atenciosamente,

Fernanda Pinho

Coordenadora da Assessoria de Cerimonial
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado da Bahia
71 3103-0502



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda de Pinho Almeida Machado** em 16/02/2024, às 09:00, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0959027** e o código CRC **8D1CD330**.



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDAS (DFD) DISPENSA DE LICITAÇÃO GERAL

Documento de Formalização de Demanda (DFD) necessário à instauração de processo de contratação conforme parâmetros básicos elencados no presente documento a serem complementados por Termo de Referência (TR). Ressalte-se que a presente contratação deve constar do Plano de Contratação Anual (PCA) na forma do Ato Normativo interno que regulamenta a matéria.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD)
Identificação da Demanda: <p>Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco. A aquisição se justifica devido ao fato de que esta Instituição não possui o mobiliário necessário e indispensável para a acomodação do público que participará da solenidade de Posse de Procurador-Geral de Justiça - biênio 2024/2026.</p> <p><i>Identificar a motivação da contratação (a necessidade que se pretende atender com a contratação).</i></p>
Fundamentação Legal da Aquisição / Contratação na Forma de Dispensa de Valor: <p><input type="radio"/> a) Artigo 75, I, da Lei Federal de nº 14.133/2021.</p> <p><input checked="" type="radio"/> b) Artigo 75, II da Lei Federal de nº 14.133/2021.</p> <p><input type="radio"/> c) Artigo 75, _____ da Lei Federal de nº 14.133/2021. <i>Informar inciso correspondente</i></p>
Modalidade do Processo de Dispensa: <p><input checked="" type="radio"/> Dispensa de Licitação SEM disputa eletrônica.</p> <p><input type="radio"/> Dispensa de licitação COM disputa eletrônica.</p>
Objeto da Contratação: <p>Serviço de locação de 270 cadeiras Tiffany cristal com assento branco.</p> <p><i>Definir o objeto a ser contratado (o produto a ser adquirido ou o serviço a ser prestado).</i></p>
Tipo de Objeto: <p><input checked="" type="radio"/> Serviço não continuado.</p> <p><input type="radio"/> Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra.</p> <p><input type="radio"/> Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra.</p> <p><input type="radio"/> Material de consumo.</p> <p><input type="radio"/> Material permanente/ equipamento.</p>



Código de Identificação do Ramo de Atividade (PDM):

(PDM - disponível em <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>):

20460 - Locação de Mesa/Cadeira/Mobiliário decoração interior

Indicar código e descrição do ramo de atividade (vide link acima):

Contratação Prevista no Plano de Contratações Anual (PCA):

☒ Sim

☐ Não*

Se SIM, informar o Valor Previsto no Plano de Contratações Anual: R\$ 2.650,00

** Para demandas que não constem do PCA deverá ser acostada autorização da SGA no processo para prosseguimento da contratação e posterior ajuste do PCA e prosseguimento da contratação.*

Dados da Contratação Anterior:

☒ Não se aplica (não houve contratação anterior do mesmo objeto). Considerar o período de até 01 ano anterior.

☐ Aplica-se, conforme dados abaixo:

Nº do Contrato Anterior:

Ex.: Nº 001/2023

Valor Global da Contratação: R\$

Percentual de Aumento:

%

Origem do Recurso:

☒ Recursos Próprios - Orçamento do MPBA.

☐ Recursos Oriundos de Convênio Estadual.

☐ Recursos Oriundos de Convênio Federal.

CONCEDENTE E NÚMERO DO CONVÊNIO:

(Se aplicável):

Formalização da Contratação:

☒ Por empenho e AFM.

☐ Por instrumento formal de contrato.

Observação: Os instrumentos formais de contrato somente são dispensáveis em Dispensas fundamentadas no artigo 75, incisos I e II e nas compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor (art. 95 da Lei Federal 14.133/2021).

Grau de Prioridade da Contratação:

☒ Alta

☐ Média

☐ Baixa

Unidade Responsável pela Instrução do Processo:

Assessoria de Cerimonial

Informar a Unidade administrativa / Promotoria de Justiça que instruiu o procedimento.

Unidade Demandante:

Assessoria de Cerimonial

Informar a Unidade administrativa / Promotoria de Justiça que demandou a contratação (normalmente é a mesma do item anterior).



Unidade Gestora dos Recursos (nome e código):

0003 – Diretoria Administrativa do Ministério Público

Informar a Unidade Gestora que suportará o custeio da despesa, indicando-a nominalmente e com o código orçamentário respectivo.

Ex.: 40.101 / 0003 – Diretoria Administrativa da Superintendência de Gestão Administrativa

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DESTE DOCUMENTO

Matrícula:

353.573

Ex.: 333.333

Nome Completo:

Célia Borges de Almeida

Unidade Administrativa:

Assessoria de Cerimonial

Informar a Unidade de lotação à qual se vincula o servidor responsável pelo preenchimento do documento.

IDENTIFICAÇÃO DO SUPERIOR IMEDIATO

Matrícula:

352.581

Ex.: 333.333

Nome Completo:

Fernanda de Pinho Almeida Machado

Órgão/ Unidade:

Assessoria de Cerimonial

Informar a Unidade de lotação à qual se vincula o Membro / Servidor supervisor.

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo servidor responsável pelo preenchimento do mesmo e pelo superior imediato.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Prezados,

em atendimento ao despacho CEACC (0957292), informo que foram atendidas as solicitações dos itens 1, 2, 3, 5, 6 e 7.

Encaminhamos para a CEOA verificar o que se pede no item 4.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Celia Borges De Almeida** em 07/24/24, às 05:00, conforme Ato Normativo nº 2, de 07 de Dezembro de 2024 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=2 informando o código verificador **0959037** e o código CRC **2CED676F**.



DECLARAÇÃO – EXECUTOR(A) ORÇAMENTÁRIO(A)

Declaro, para os devidos fins, que existem recursos orçamentários e financeiros disponíveis para dar suporte à despesa com a contratação em curso, bem como informo a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício financeiro e subseqüentes, conforme dados abaixo discriminados:

I. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA):

DOTAÇÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA/ GESTORA	AÇÃO (P/A/OE)	REGIÃO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	ELEMENTO DA DESPESA
1	40101/0003 Ex.: 40.x01 / xxxx	2000	9900	1.500.0.100.000000	339039000
2 *					

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

II. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO:

1) VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.650,00

Dois mil e seiscentos e cinquenta reais

(valor por extenso)

2) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NO EXERCÍCIO VIGENTE (2024):

DOTAÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	SALDO DE DOTAÇÃO (R\$)	PREVISÃO DE GASTO COM A CONTRATAÇÃO NO ANO (R\$)
1	339039000	R\$ 7.750.595,32	R\$ 2.650,00
2 *		R\$	R\$

* Se houver mais de uma dotação a ser indicada.

3) IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO NOS EXERCÍCIOS SUBSEQUENTES:

☒ A despesa será realizada integralmente neste exercício, não havendo impacto orçamentário-financeiro em qualquer dos exercícios orçamentários-financeiros seguintes.

☐ O impacto orçamentário-financeiro estimado para os 02 (exercícios) próximos exercícios será de:

EXERCÍCIO (ANO)	IMPACTO (R\$)
2025	R\$ 0,00
2026	R\$ 0,00



4) ORIGEM DO RECURSO:

- ☒ A) Recursos Próprios – Orçamento próprio do MPBA.
- ☐ B) Recursos Oriundos de Convênio Estadual.
- ☐ C) Recursos Oriundos de Convênio Federal.

** É possível assinalar mais de uma opção.*

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:

Matrícula:
353217

Nome Completo:
JESSICA SIQUEIRA SOUZA

Cargo/Função:
ASSISTENTE TEC ADM.

Unidade Administrativa:
CEOA/DADM

ATENÇÃO: Este documento deverá ser, obrigatoriamente, assinado digitalmente pelo executor orçamentário (responsável pelo preenchimento das informações orçamentárias).



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MANIFESTAÇÃO

À Assessoria de Cerimonial,

Retorna-se o processo com as devidas alterações no Formulário de Informações Orçamentarias.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Costa de Abreu** em 15/02/2024, às 11h40, conforme Ato Aormati Nº 04°, de 17 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código Verificador **0959745** e o código CRC **34C7AE3A**.



DESPACHO

Trata-se de procedimento de dispensa de licitação, **instruído com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e Estadual/BA nº 14.634/2023**, encaminhado pela **Assessoria de Cerimonial**, para **prestação de serviço de locação de 270 (duzentas e setenta) cadeiras Tiffany cristal com assento branco**, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda (doc 0959323) e no Termo de Referência (doc 0958778).

De acordo com os documentos constantes nos autos, fora realizada pesquisa de preço, sendo obtidas 03 (três) propostas. Deste modo, a proposta mais vantajosa para a Instituição é a da empresa **FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA**, CNPJ **74.003.757/0001-75**, pelo preço total de **R\$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais)**, conforme proposta 0956135.

Registra-se que as despesas correrão por conta da **Unidade Gestora 0003 – Diretoria Administrativa**, conforme Declaração - Executor Orçamentário (doc 0959736).

É válido salientar, ainda, que, em que pese se trate de contratação cuja análise da Assessoria Jurídica encontra-se dispensada, conforme disposto no artigo 18, I do Ato Normativo 004/2024, e não havendo sido estabelecido parecer sistêmico para balizar a análise da conformidade processual, esta Diretoria tomou por base o opinativo que consta acostado no procedimento SEI 19.09.02335.0000379/2024-63, para contratação por Dispensa de Licitação fundamentada na Lei Federal nº 14.133/2021. No referido procedimento foi exarado o Parecer Nº 30/2024 da Assessoria Técnico Jurídica da Superintendência de Gestão Administrativa (doc 0934308) o qual indicou parâmetros para análise da instrução procedimental em tais tipos de contratação, conforme segue abaixo detalhado:

1. Necessidade de atentar-se ao artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021, o qual exige de maneira obrigatória os seguintes documentos:

- a) Documento de Formalização da Demanda - 0959323;
- b) Estimativa da despesa - cotação com fornecedores docs 0956135, 0955543 e 0952264;
- c) parecer jurídico e pareceres técnicos - dispensável;
- d) demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários - docs 0959736 e 0956627;
- e) Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima (sendo facultada a qualificação técnica) - docs 0956183, 0956202, 0956285, 0956225, 0956167, 0956151, 0956171, 0956177, 0956152, 0956209, 0957359 e 0957381;
- f) razão da escolha do contratado - doc 0958778;
- g) justificativa do preço - doc 0956112;
- h) autorização da autoridade competente - doc 0956627.

2. Na oportunidade, a Assessoria pontuou a necessidade da seguinte complementação da instrução, os quais seguem abaixo indicados com a respectiva indicação do cumprimento pela Unidade demandante:

- a) Que a unidade Gestora apresente a justificativa da escolha dos fornecedores para fins de realização da pesquisa - doc 0956112;
- b) A juntada de declaração de que a empresa a ser contratada cumpre o art 7º, XXXIII da CF/1988, bem como declaração exigida pela Resolução CNMP nº 37/2009 - docs 0956140 e 0956145;
- c) demonstração da compatibilidade dos recursos orçamentários - docs 0959736 e 0956627;
- d) Justificativa para a não realização do procedimento previsto no art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021 (caso não haja opção por tal procedimento) - doc 0958778;
- e) Que o setor responsável pelo pagamento informe se há possibilidade de pagamento por meio de cartão de pagamento e, em caso negativo, justifique nos autos a impossibilidade - manifestação DICOFIN 0938722 acostada no procedimento SEI 19.09.02335.0000379/2024-63;
- f) Que a unidade demandante se manifeste acerca da previsão da despesa no Plano de Contratações Anual - PCA, considerando o quanto estabelecido no art. 15 do Ato Normativo nº 004/2024 - doc 0959323.

Registra-se que após análise da instrução do processo em epígrafe com base nos parâmetros acima delineados, verifica-se que o mesmo está em conformidade. Informamos, ainda, que o referido processo **não haverá celebração de contrato**. A formalização se dará apenas com a emissão de empenho. Neste sentido, esclarecemos que, em que pese as especificidades observadas na execução do objeto contratado, o instrumento formal de contrato não é obrigatório, conforme disposto no artigo 95 da Lei Federal nº 14.133/2021, de modo que a opção pela contratação sem tal meio de formalização coube à Unidade Gestora dos recursos.

Diante do exposto, encaminhamos o presente expediente à Superintendência de Gestão Administrativa para análise e deliberação. Registramos, especialmente, a necessidade de elaboração de **manifestação decisiva/autorização** a fim de que possamos dar cumprimento à publicação da mesma no PNCP.

Em tempo, caso a decisão seja pela autorização da referida contratação, encaminhamos a Portaria nº 061/2024 para que seja providenciada a coleta da assinatura do Superintendente de Gestão Administrativa.

Paula Souza de Paula Marques
Gerente



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/02/2024, às 09:21, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0960053** e o código CRC **977F90D7**.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

PORTARIA

PORTARIA Nº 061/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.48086.0002609/2024-57, RESOLVE

Designar os servidores para atuarem na gestão e fiscalização da contratação decorrente da Dispensa nº 007/2024, relativo à prestação de serviços de locação de 270 (duzentas e setenta) cadeiras Tiffany cristal com assento branco.

GESTOR DO CONTRATO: Maria Amalia Borges Franco, matrícula 351.470.

FISCAIS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS: Cinthia Sant'Anna Almeida, matrícula 352.210 e, como suplente, Célia Borges de Almeida, matrícula 353.573.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

André Luis Sant'Ana Ribeiro
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant'Ana Ribeiro** em 19/02/2024, às 11:12, com o certificado digital nº 04, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confirmar&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação 0961059 e o código CRC DA5AE183.



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Considerando a instrução processual, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as informações prestadas pela DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios doc. [0960053](#), autorizo a dispensa de licitação em favor da empresa **FLORICULTURA MENINA FLOR LTDA**, CNPJ **74.003.757/0001-75**, pelo preço total de **R \$ 2.650,00 (dois mil seiscentos e cinquenta reais)**, para prestação de serviço de locação de 270 (duzentas e setenta) cadeiras Tiffany cristal com assento branco, conforme informações contidas no Documento de Formalização da Demanda (doc 0959323) e no Termo de Referência (doc 0958778).

Encaminhe-se o presente expediente à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Sant Ana Ribeiro** em 19/02/2024, às 17:38, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0961257** e o código CRC **F2F987F4**.

Não

o no PNCP: 20/02/2024 Situação: Divulgada no PNCP

CP: 13937032000160-1-000134/2024 Fonte: Compras.gov.br

cadeiras tiffany cristal

VALOR DA COMPRA

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 2.650,00

Arquivos Histórico

Descrição ↕	Quantidade ↕	Valor unitário estimado ↕	Valor total estimado ↕
Locação de mesa / cadeira / mobiliário decoração interior Locação de mesa / cadeira / mobiliário decoração interior	1	R\$ 2.650,00	R\$ 2.650,00

Página 1 de 1

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial de divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos de acordo com o novo diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo composto por representantes das entidades estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direcionada e aprovada pelo comitê homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correção das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

servicos.economia.gov.br

PARCEIROS



DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES

PORTARIA Nº 061/2024

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.48086.0002609/2024-57, RESOLVE

Desi_nar os servidores , ara atuarem na _estão e fiscaliza_ão da contrata_ão decorrente da Dis_ensa nº 007/2024, relativo à prestação de serviços de locação de 270 (duzentas e setenta) cadeiras Ti fany cristal com assento branco.

GESTOR DO CONTRATO: Maria Amalia Bor_es Franco matricula 351.470.

FISCAIS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS: Cinthia Sant'Anna Almeida, matrícula 352.210 e, como suplente, Célia Borges de Almeida, matrícula 353.573.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 19 de fevereiro de 2024.

André Luís Sant'Ana Ribeiro

Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.48086.0034651/2023-87. Parecer Jurídico: 064/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Fórum Eventos EIRELI EPP, CNPJ: 13.020.511/0001-17. Objeto contratual: fornecimento de bens e prestação de serviços de planejamento, coordenação, organização, montagem, execução e acompanhamento de eventos de interesse institucional do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: alterar os quantitativos originariamente previstos na cláusula quinta do contrato celebrado entre as partes, relativamente aos itens "receptionistas 02"; "kit lanche com embalagem", "palco praticável 6m x 2m" e "gerador 180kvz chave manual 25m cabo". As alterações de quantitativo implicam na majoração do valor global do contrato no montante de R\$ 4.722,00 (quatro mil, setecentos e vinte e dois reais), correspondendo a um acréscimo de 2,59% sobre o valor original atualizado, totalizando uma majoração acumulada de 3,14%, passando de R\$ 183.538,92 (cento e oitenta e três mil, quinhentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos) para R\$ 188.260,92 (cento e oitenta e oito mil, duzentos e sessenta reais e noventa e dois centavos). Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 – Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos (Fonte) 1500 - Natureza da Despesa 33.90.39.000.

AVISO DE REMARCAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 69/2023 – UASG 926302 – PROCESSO nº 19.09.48086.0022560/2023-34. OBJETO: Prestação dos serviços de mestre de cerimônia em eventos oficiais do Ministério Público do Estado da Bahia, na capital e no interior do Estado da Bahia., conforme edital e anexos. CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: a partir de 21/02/2024 às 08:00 horas (Horário de Brasília - DF); ABERTURA DAS PROPOSTAS: 05/03/2024 às 09:00 horas (Horário de Brasília - DF) no site www.comprasgovernamentais.gov.br. Obs.: O Edital e seus Anexos, poderão ser adquiridos nos sites: <https://www.mpba.mp.br/licitacoes> e www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações: licitacao@mpba.mp.br. *Remarcado em razão de evento alteração.

PROCURADORIAS E PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA CAPITAL

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

EDITAL Nº 039/2024 – Proteção da População em situação de Rua, Movimento dos Sem Terra e outros Grupos Vulneráveis - 1ª PROMOTORIA DE DIREITOS HUMANOS - 2º Promotor de Justiça

A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 13 da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e do art. 26º, da Resolução nº 006/2009, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia, comunica o ARQUIVAMENTO do Procedimento Administrativo IDEA nº 003.9.78965/2023, instaurado para apurar o teor da representação do Sr. William Vieira da Silva e Sra. Laiane de Cassia dos Santos Lima, casal em situação de rua, os quais solicitaram a intervenção do Ministério Público para acolhimento.

Salvador, 16 de fevereiro de 2024.

Grace de Menezes Campelo Apolonis

Promotora de Justiça

2ª E 3ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS

Edital nº 0124/2024 – Prorrogação de prazo de Notícia de Fato

ORIGEM: 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIREITOS HUMANOS – 2º PROMOTOR

Área: Direitos Humanos

Subárea: Idoso

Procedimento IDEA Nº 003.9.85443/2023

Objeto: Apuração de fatos reportados, referentes à defesa da pessoa idosa

Tipo de ato: prorrogação do feito em epígrafe pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir desta data, atendendo ao disposto no artigo 3º da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

Data da Prorrogação: 16 de janeiro de 2024

Salvador, 20 de fevereiro de 2024.

ANA RITA CERQUEIRA NASCIMENTO

Promotora de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO

Encaminhamos o expediente à Diretoria Administrativa - Coordenação de Execução Orçamentária, acompanhado da publicação da autorização da Dispensa nº 007/2024 no PNCP, e da Portaria de designação de gestor, fiscal e suplentes.

Registramos, no ensejo, que tão logo seja emitido o empenho, seja o referido processo de pagamento encaminhado a esta Coordenação para que possamos lançar o documento no PNCP.

Paula Souza de Paula Marques

Coordenadora- Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

Matrícula 353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 19/01/10124, às 08:24h, com o certificado digital nº 0254 de 9 de Dezembro de 2010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código de verificação **0964803** e o código CRC **A411A49C**.